

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DESENHO INDUSTRIAL
TECNOLOGIA EM DESIGN GRÁFICO**

LUCIANE DE CARVALHO HULYK

**DESIGN PARTICIPATIVO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: O PAPEL DA
DESIGNER EM UM PROJETO EDITORIAL PARTICIPATIVO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURITIBA

2021

LUCIANE DE CARVALHO HULYK

DESIGN PARTICIPATIVO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: O PAPEL DA DESIGNER EM UM PROJETO EDITORIAL PARTICIPATIVO

**Participatory Design and Solidarity Economy: the role of the designer in a
participatory editorial project**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Tecnóloga em Design Gráfico, do Departamento Acadêmico de Desenho Industrial, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof. Dr. Frederick Marinus Constant van Amstel

CURITIBA

2021



4.0 Internacional

Este trabalho está licenciado sob [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/). Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

LUCIANE DE CARVALHO HULYK

**DESIGN PARTICIPATIVO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: O PAPEL DA
DESIGNER EM UM PROJETO EDITORIAL PARTICIPATIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito para obtenção do título
de Tecnólogo em Design Gráfico da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Data de aprovação: 20 de maio de 2021

Frederick Marinus Constant Van Amstel
Doutor
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Maria Luisa de Carvalho
Doutora
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Marco Andre Mazzarotto Filho
Doutor
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

“A Folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso”.

CURITIBA

2021

AGRADECIMENTOS

À Economia Solidária, que me abriu os olhos às possibilidades que esse mundo desigual tenta esconder, que me abraçou e que me ensinou tanto.

Às mulheres e aos homens fortes que me acolheram, dando-me o privilégio de poder fazer parte desse projeto: Maria Luisa, Marilene, Lourdes, Teca e Gisele, Marcos, Rômulo, Guto e Julio.

Ao professor Fred que desamargurou e alentou meus pensamentos sobre os horizontes que o design tem por alcançar.

À família que acompanhou os altos e baixos dessa formação e seguiu me nutrindo com café, abraço e encorajamento.

A todas as designers que fazem e farão muito pelo design e por esse mundo.

RESUMO

HULYK, Luciane de Carvalho Hulyk. **Design Participativo e Economia Solidária: o papel da designer em um projeto editorial participativo.** 2021. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Design Gráfico) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

Levando em consideração o papel da designer como projetista dos projetos que irão suprir as necessidades de consumo da sociedade, propõe-se uma reflexão sobre seu papel na transformação social. O presente trabalho reflete sobre um projeto editorial realizado de forma autogestionária junto a Incubadora de Economia Solidária da UTFPR (TECSOL) e um grupo de educadores populares do Centro de Formação Irmã Araújo (CEFURIA) associados à Rede Mandala de Economia Solidária. Para tanto, o trabalho inclui uma revisão acerca dos temas de relevância: Design Gráfico, Economia Solidária, Educação Popular e o Design Participativo, com o objetivo de compreender as possibilidades de ação da profissional designer em um contexto de trabalho autogestionário. Nesse contexto, considera-se a transição pela qual a profissão passa frente às crises do capitalismo, visando ampliar a ação e a aplicação do design para áreas não atendidas por mercados capitalistas. Para explorar essas possibilidades de ampliação, descreve-se a experiência do processo participativo que guiou a criação do projeto editorial do livro "Gestão Compartilhada para Empreendimentos Econômicos Solidários" em todas as suas etapas, inclusive na redação colaborativa. O trabalho se encerra com considerações sobre a consciência social da designer, além do papel da mesma em organizações autogestionárias.

Palavras-chave: Designers. Projeto editorial. Design participativo. Economia solidária.

ABSTRACT

HULYK, Luciane de Carvalho. **Participatory Design and Solidarity Economy: the role of the designer in a participatory editorial project.** 2021. 75 p. Undergraduate final year project (Technology in Graphic Design) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

Considering the role of the designer as designer of the projects that will meet the needs of consumer society, a reflection on its role in social transformation is proposed. This work reflects on an editorial project carried out in a self-managed way with the Solidarity Economy Incubator of the UTFPR - Curitiba (TECSOL) and a group of popular educators of the Irmã Araújo Formation Center (CEFURIA) associated with the Mandala Network of Solidarity Economy. To this end, the work includes a review of the relevant themes: Graphic Design, Solidarity Economy, Popular Education and Participatory Design, with the aim of understanding the possibilities of action of the professional designer in a context of self-managed work. In this context, it is considered the transition through which the profession faces the crises of capitalism, aiming to expand the action and application of design to areas not served by capitalist markets. To explore these possibilities of expansion, it is described the experience of the participatory process that guided the creation of the editorial project of the book "Shared Management for Solidarity Economic Enterprises" in all its stages, including in collaborative writing. The work ends with considerations about the social consciousness of the designer, as well as its role in self-managed organizations.

Keywords: Designers. Graphic design. Participatory design. Social economy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Casa Batlló, Espanha.....	17
Figura 2. —“Vença os brancos com a cunha vermelha”, El Lissitzky, 1919.	18
Figura 3. Chuva de Ideias durante Curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários	35
Figura 4. Quadros-síntese da chuva de ideias nas três categorias de interesse para o projeto: linha gráfica, formato e linguagem.....	35
Figura 5. Apresentação de ideia de linha do tempo	40
Figura 6. Exemplo de varal na Economia Solidária.....	41
Figura 7. Rascunho para possível solução de conflito de opiniões	43
Figura 8. Diagramação preliminar - Abertura de bloco.....	50
Figura 9. Diagramação preliminar - Estrutura de capítulo	51
Figura 10. Diagramação preliminar - Uso de ilustração	52
Figura 11. Elementos construídos para recurso gráfico	53
Figura 12. Paleta de cores	53
Figura 13. Diagramação final - Uso de elementos gráficos.....	54
Figura 14. Diagramação final - Aplicação de sugestões de participantes	55
Figura 15. Diagramação final - Capa e quarta capa do livro	57
Figura 16. Resultado impresso.....	58
Figura 17. Resultado impresso - Uso de bloco de cores lateral	58
Figura 18. Evento de lançamento do livro - Apresentação do processo de construção do livro.....	59

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 MOTIVAÇÃO	10
1.2 PONTO DE PARTIDA.....	11
2 REVISÃO DE TEMAS	15
2.1 —“DESIGN NUNCA É NEUTRO NO CENÁRIO SOCIAL”	15
2.2 SOLIDARIEDADE VERSUS COMPETIÇÃO NA ECONOMIA.....	19
2.3 —“HOMENS SE EDUCAM ENTRE SI, MEDIATIZADOS PELO MUNDO.” ...	22
2.4 O DESIGN CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE	23
2.4.1 Experiências com design participativo	25
2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TEMAS.....	27
3 PROJETO EDITORIAL PARTICIPATIVO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	28
3.1 A NECESSIDADE DA PARTILHA DO CONHECIMENTO	30
3.2 RECONHECIMENTO DA DEMANDA.....	31
3.2.1 Percepção da necessidade.....	32
3.2.2 Chuva de ideias	34
3.3 CONSTRUÇÃO COLETIVA DO CONTEÚDO	37
3.3.1 Designers não se sentem aptas a criar conteúdo	37
3.3.2 A questão do formato.....	38
3.3.3 Ferramentas digitais compartilhadas	41
3.3.4 Designer que buscar gerir conflitos.....	42
3.3.5 Demandas, divisão de tarefas e prazos	44
3.3.6 O que o nome diz?.....	46
3.3.7 A linguagem	48
3.4 MATERIALIZAÇÃO	49
3.4.1 Lançamento	59
3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO PARTICIPATIVO	60
3.5.1 Percepção de participantes sobre a postura da designer no processo.....	61
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DA DESIGNER EM UM PROJETO EDITORIAL PARTICIPATIVO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	65
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICE A - Roteiro de construção de conteúdo	72
APÊNDICE B - Roteiro Evento de Lançamento do Livro Gestão Compartilhada para Empreendimentos Econômicos Solidários	75

1 INTRODUÇÃO

Desde sua origem, entre os séculos XVIII e XIX, a prática de design tem se modificado e expandido, com a separação cada vez mais intensa entre o planejamento e produção industrial, sendo designers responsáveis pela qualidade do desenvolvimento de projeto. Mais recentemente existe uma preocupação por parte de designers com a qualidade de uso e de consumo. Designers são requisitados a cultivar necessidades de consumo cada vez mais supérfluas vinculadas a um mundo cada vez mais globalizado, consumista e desigual. Por outro lado, o designer pode agir como transformador da sociedade através de seu trabalho, e assim buscar um mundo mais justo para todos, e para isso a forma de pensar design precisa ser transformada, situando-o em processos mais amplos.

Ainda que as raízes do design venham se sustentando durante muito tempo sobre solo fertilizado pela economia capitalista, as possibilidades de ação do designer num contexto com objetivo humanitário abrem-se num grande leque, e com isso, o profissional deve assumir e aceitar responsabilidades, sem a alternativa de se eximir delas.

Esse contexto suscita diversas dúvidas, as quais o presente trabalho pretende contribuir para responder. É necessário reforçar o consumismo e o capitalismo que gera tantas desigualdades ou é possível acompanhar o surgimento de um modelo justo e solidário de organização social, desintoxicando esse solo onde indivíduo e cifrões se confundem? Como é possível transitar de um extremo a outro? É possível encontrar um meio-termo ou esse meio-termo faz-se reforçador do modelo opressivo capitalista?

Sem uma modificação na forma como a própria sociedade e sua estrutura estão definidas, a busca por uma cultura política com justiça social e centrada no ser humano encontra-se num estado utópico, pois parece —~~at~~palhar” as engrenagens de uma cultura consumista que se firma na repetição de comportamentos em várias esferas, incluída a do trabalho, onde a exploração humana é naturalizada.

A partir da década de 1960, novas formas de se pensar as relações de trabalho e consumo foram postas em discussão no Brasil. O surgimento de modelos de Comércio Justo e Solidário, a partir dos princípios da Economia Solidária, suscitou a reflexão sobre a possibilidade de um modelo econômico não competitivo, que anule oligopólios e que transforme todos os sujeitos envolvidos nas relações

econômicas, para que a emancipação e autonomia destes possam ser alcançadas (SINGER, 2002). Este projeto explora esta possibilidade no campo do design, mais especificamente sobre o papel da designer nessa construção.

1.1 MOTIVAÇÃO

Conectado ao pensamento de quem estuda design gráfico e o pensa como futura profissão, frequentemente surge o dilema de servir a alguém contribuindo para —vender uma ideia”, que costuma ser um produto ou um serviço. Na universidade e no atual contexto econômico e trabalhista, nós, estudantes de design, nos confortamos com o discurso silencioso de que sairemos dela com um possível emprego em alguma agência ou empresa que, como em qualquer empreendimento capitalista, foca em lucros. —Seu conhecimento técnico aumenta nosso caixa” é o que poderia estar escrito em certos anúncios de vagas de emprego de forma mais aberta, mas não está, e acabamos por não nos preocupar com o que isso significa. E quando nos preocupamos? E quando o servir ao simples comércio de ideias não nos faz sentir úteis à sociedade? Ou quando nos sentimos socialmente e profissionalmente responsáveis pelo que o comércio faz?

Esse questionamento motivou minha procura por formas de usar o design de forma mais significativa e encontrei na Economia Solidária um campo de ação e pensando de uma maneira mais coerente com seus princípios, um campo de participação. Neste campo, fui desafiada a pensar e produzir coletivamente, sem que o coletivo anulasse minha individualidade, enquanto estudante, trabalhadora e mulher. A visibilidade das particularidades soma-se para desenhar a —car” e a real função do trabalho na autogestão. Firmada nesse princípio, decidi por usar a partir desse momento a flexão de gênero para a designer gráfica autora, em protesto à normatividade da forma masculina ao sujeito genérico, e por vezes escrever em primeira pessoa, de forma a encurtar a distância entre quem e o quê escreve. Aqui não caberá a discussão linguística quanto ao uso da forma, somente será tomado como posicionamento enquanto cidadã, e em consideração aos intensos debates durante o processo participativo descrito neste trabalho, muito presentes na luta feminista tida como princípio do movimento de Economia Solidária.

1.2 PONTO DE PARTIDA

A busca por um modelo econômico não-capitalista, com equidade e solidariedade como base para as relações de trabalho, fez emergir o ideal de Comércio Justo e Solidário na década de 1960 no Brasil, sendo uma das formas de expressão da Economia Solidária (CRUZ, 2006). Grupos vistos como marginalizados pelo sistema puderam a partir de então utilizar o trabalho de forma associativa para garantir condições de vida dignas e fortalecer sua comunidade, através do desenvolvimento do comércio local.

Segundo Mance (2005), a Economia Solidária atua sob duas dimensões que não podem se dissociar: a dimensão ética, que suporta os valores da justiça, solidariedade, honestidade e respeito à distinção de cada um e às gerações futuras, e a dimensão econômica, que trata da adequação do tratamento da produção e da gestão empresarial, para que cada empreendimento possa ter assegurada a qualidade de seus produtos e sua sustentabilidade, podendo potencializar o consumo solidário.

Os sujeitos que possuem empreendimentos solidários podem formar Redes de Economia Solidária que, segundo Mance,

têm por objetivo integrar empreendimentos solidários de produção, comércio, serviços e consumo bem como organizações sociais diversas, realizando reinvestimentos coletivos, fortalecendo e criando novas empresas, reorganizando solidariamente as cadeias produtivas. (MANCE, 2005, p. 7)

Para que os indivíduos consigam permanecer trabalhando em rede de forma sustentável, devem gerir seus empreendimentos de forma eficaz, sem sofrer com a pressão do capital convencional ou, por muitas vezes, com a inabilidade de organizar seu negócio financeiramente. A Economia Solidária deve crescer —na medida em que distribui a riqueza e quanto mais se compartilha a riqueza, melhor se assegura o bem-viver das pessoas” (MANCE, 2005). Aprender o que é gestão, compreender sua importância e aplicá-la em seu negócio, pensando nas particularidades de um empreendimento de Economia Solidária, torna-se fundamental para que a rede siga robusta e alcance sua emancipação.

Um exemplo de rede solidária é o projeto construído pela Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – TECSOL, e pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – CEFURIA, que recebeu o nome de Rede Mandala – Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade, articula, desde março de 2018, “empreendimentos econômicos solidários urbanos e rurais organizados em redes, associações, cooperativas, coletivos e por territórios” de quatorze cidades do Paraná (CEFURIA, 2018). O objetivo da construção dessa rede é fortalecer a Economia Solidária na região metropolitana de Curitiba,

a partir da metodologia participativa, desenvolve instrumentos para apoiar os sujeitos com a criação, desenvolvimento e aplicação de tecnologias sociais com vistas ao alcance dos objetivos dos grupos e na viabilidade do trabalho e renda dentro dos princípios da economia solidária. (CEFURIA, 2018)

Dada a demanda e necessidade de maior profissionalização e sustentabilidade financeira da Rede Mandala, foi realizado, entre fevereiro e junho de 2019, junto a quarenta participantes, o curso de Extensão Universitária de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários. Os resultados e avaliações positivas do curso levantaram a necessidade e pertinência do compartilhamento do conteúdo desenvolvido com outras redes e trabalhadoras e trabalhadores da própria rede que não puderam participar, bem como material de apoio e consulta de quem participou do curso. Sintetizar o conhecimento produzido também se fez necessário, pois o material utilizado durante o curso foi elaborado ao longo do mesmo, conforme um cronograma pré-definido, porém atendendo às demandas trazidas e percepções apresentadas por participantes a cada encontro.

Para a construção deste material, foram adotados princípios da Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire (1996), que visa o respeito pelos saberes populares e o diálogo com o saber científico, integrado aos princípios da Economia Solidária, como a Cooperação e a Democracia. Assim sendo, foi acordado que o dito material deveria ser produzido de forma coletiva, valorizando a Autogestão e o Conhecimento Local, levando em conta a linguagem e a forma de apresentação do conteúdo, além de nortear sua elaboração com o Foco no Ser Humano (FREIRE, 1996; BRASIL, 2006).

Ao desenvolver um material-síntese que visa abarcar as necessidades das pessoas que integram a Rede Mandala, um método capitalista do design não poderia ser utilizado, pois vê o usuário unicamente como receptor. O próprio termo “usuário” não cabe no processo autogestionário da Economia Solidária, pois não há classes hierárquicas: todas e todos são trabalhadores e as decisões relacionadas a planejamento, gestão e produção são democráticas.

Construir tudo de forma coletiva pareceu ser o processo mais adequado, pois o produto será partilhado dentre os mais variados perfis de pessoas, em diferentes contextos. Nesse cenário, a designer não pode agir como mera prestadora de serviços, sem envolvimento e criando um vínculo de dependência externo à rede de Economia Solidária. O design precisa servir de ferramenta e ser concebido em conjunto com as pessoas participantes da rede, fomentando a troca de saberes entre quem participa desse processo, assim como um resultado não somente material, mas também imaterial – o compartilhamento e produção de conhecimentos ligados ao processo, às relações humanas tecidas pelo fazer design em conjunto, e as inúmeras descobertas inesperadas.

No campo do design, existe uma proposta que se aproxima das práticas de autogestão: o design participativo – metodologia de projeto onde os participantes estão incluídos no processo para gerar uma solução ao problema por eles mesmos levantado (SANDERS; STAPPERS, 2008). Nesta metodologia, cada sujeito pode expressar suas necessidades e pontos de vista, aprendendo, envolvendo-se e valorizando o processo e o produto, aproximando o conceito do fazer design com as práticas de trabalho.

No contexto deste trabalho, a participação buscada é a voluntária e solidária, permeada pela troca de conhecimentos entre o grupo que projeta, com foco na criação de um material a ser partilhado livremente. Por se tratar de Economia Solidária, o objetivo da participação é democratizar processo e resultados, algo não encontrado em projetos participativos no contexto capitalista, que ao utilizar da participação em sua atividade projetual, conhece mais a fundo perfil e necessidades de seus usuários, porém, faz isso vislumbrando o aumento de lucros e de competitividade, pontos importantes na manutenção da desigualdade social.

Levando em conta a pequena quantidade de trabalhos e projetos publicados que se utilizem da metodologia de design participativo no design gráfico, em especial em projeto editorial, este trabalho busca relatar o processo desenvolvido

como possível base ou inspiração para outras autoras. Além disso, este trabalho visa contribuir com reflexões sobre o papel da designer na Economia Solidária. Através da experiência da autora, busca-se refletir sobre possibilidades e desafios na ação da designer gráfica no desenvolvimento de projetos coletivos e autogestionários. Para isso, parto da investigação de relações históricas entre design gráfico e modificações sociais, pensando especialmente no surgimento da Economia Solidária, e em seguida, traçarei possíveis ligações práticas e conceituais entre a Economia Solidária e o Design Participativo, como forma de inclusão e transformação dos processos de Design. Ainda, trarei o relato da experiência de desenvolver um projeto editorial de forma autogestionária seguindo princípios de Design Participativo e Economia Solidária. Espera-se que, em última análise, este trabalho possa contribuir com o pensar em formas de ação da profissional designer em projetos alinhados à construção de uma sociedade justa.

2 REVISÃO DE TEMAS

Para estabelecer uma ligação entre os temas trazidos por este trabalho, apresento uma revisão conceitual necessária ao processo participativo envolvendo design gráfico e Economia Solidária.

2.1 —“DESIGN NUNCA É NEUTRO NO CENÁRIO SOCIAL”¹

Uma discussão permanente no design gráfico é com relação à sua origem. Dependendo dos fatores considerados, ela pode ser tratada desde o surgimento do livro e da escrita, ou a partir da Revolução Industrial, estreitando as relações entre arte e tecnologia, com o ensino do design em escolas como Bauhaus (LIMA, 1996). Certa de que esta é uma discussão que não cabe a esse trabalho, trago esta questão para introduzir outro ponto: o papel social do design gráfico.

Design social é um termo que vem sendo utilizado com frequência, e pode ser definido como design voltado para o usuário, para o ser humano, para a sociedade, levando em conta sua qualidade de vida, seu uso e, com cada vez mais frequência, sua colaboração. Redig (2011) vê o termo como pleonasmos, pois —“que seria design não social? Design comercial? Design comercial que não for dirigido às necessidades da sociedade não é design” (p. 93). O autor critica a nomenclatura diferenciada para algo que deveria fazer parte da práxis no design. A consciência social de um profissional ou de uma empresa deve estar ligada à sua prática. Então, utilizar materiais ambientalmente éticos, que possam ser rastreados de forma a garantir a menor geração de resíduo possível, preocupar-se com quem trabalha na cadeia de produção e lhe proporcionar condições dignas, além de projetar para o melhor uso, pensando na transformação social fazem parte da consciência social do profissional. Estar dentro da esfera industrial não exime a designer da responsabilidade consciente do processo.

A consciência social² deve conter a preocupação com e transformar a estrutura do processo, e não a utilização de alternativas paliativas e que não estão

¹ BRAGA, 2011, p. 18.

² O termo consciência social é usado neste trabalho como alternativa à visão associada ao termo —“responsabilidade social”, ligado ao meio corporativo, onde empresas tomam para si, de forma estratégica, funções naturais do Estado, este se eximindo do dever de garantir direitos básicos à

ligadas a natureza da produção do bem ou serviço, que perpetuam insustentabilidades sociais, como uma cadeia de trabalho exploratória.

Enquanto as melhorias sociais não forem realizadas dentro do expediente, na produção e no comércio, não haverá verdadeiras melhorias sociais. Enquanto nos ocuparmos apenas dos sintomas da doença, esquecendo as causas, não teremos saúde. E o design é um componente indispensável desse quadro. (REDIG, 2011, p. 93)

Justifico aqui a necessidade de citar a discussão sobre a origem do design gráfico no início desta seção. O design gráfico, como comunicador visual ou como arte em suas mais virtuosas manifestações, sempre serviu a sociedade, e podem-se visualizar as referências do contexto histórico no resultado (BRAGA, 2011). Sejam técnicas, como cores, tipografia, ilustração ou suporte, ou da narrativa, o design gráfico costuma entregar um resultado aliado ao espaço temporal.

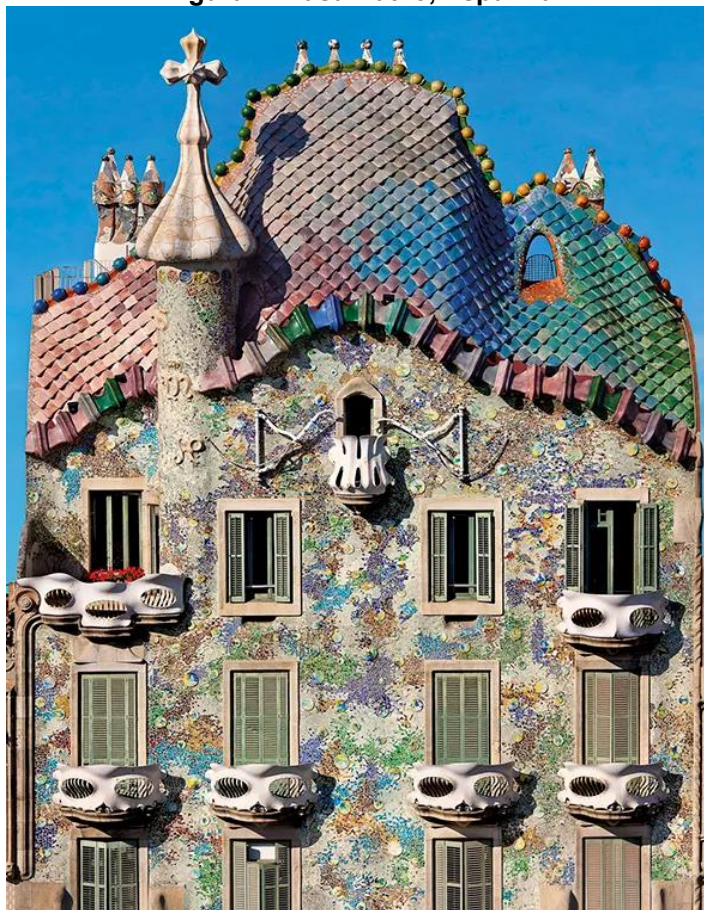
E por falar de tempo e contexto histórico, a criatividade do design anda de braços dados às manifestações sociais. Exemplo disso é o movimento Arts and Crafts inglês, no século XIX, que questionou as condições de vida e trabalho de operários durante a industrialização (BRAGA, 2011, p.17). O arquiteto William Morris foi um dos nomes mais populares do movimento e afirmou que era impossível dissociar a arte da moral, da política e da religião, sendo fundador de uma gráfica que primava pela qualidade no processo gráfico, também qualificando profissionalmente e aproximando arte e artesão. Com isso, Morris tinha o objetivo de facilitar a leitura, algo óbvio para a área editorial, mas que não era levado em conta na produção industrializada da época. Nesse exemplo é possível ver consciência social no processo de design, ou seja, qualificação do processo e foco na experiência do usuário.

Então, o design não pode se alienar do cenário social, seja ele pensado na classe oprimida, seja ele voltado a quem oprime. No movimento Art Nouveau, por exemplo, no final do século XIX e início do século XX, a burguesia desejava se destacar estilisticamente e usou da arquitetura e do design pra ostentar seu poder

população, como trabalho, alimento, moradia, educação, lazer, preservação do meio ambiente, e outros mais, dessa forma, financiando a manutenção de um sistema neoliberal, com poderes descentralizados e focados no mercado (MONTAÑO, 2002).

(BRAGA, 2011. Figura 1). Nesse caso, o design é responsável socialmente pela manutenção do status quo da classe opressora. E não, o design não pode se eximir dessa responsabilidade.

Figura 1. Casa Batlló, Espanha



Fonte: Casa Batlló.es³

Também destaque como as técnicas do design gráfico podem promover transformações, no campo da informação social. Numa Rússia revolucionária da década de 1920, o analfabetismo atingia 70% da população e condições materiais eram escassas para auxiliar num levante popular (CURTIS, 2011). O construtivismo que hoje conhecemos, usou da fotomontagem (Figura 2), amplamente utilizada no século XX, e da reprodução manual por litografia para espalhar o ideal revolucionário para o maior número de pessoas. O design aqui é ferramenta, e não deixou de ser meio para transformação social pela falta de recursos.

³ Disponível em <https://www.casabatllo.es/antoni-gaudi/casa-batllo/fachada/> Acesso em 08/03/21.

Figura 2. “Vença os brancos com a cunha vermelha”, El Lissitzky, 1919.



Fonte: A-Pesni.org ⁴

O design concretista abriu portas para o design que visava uma sociedade organizada e democrática, como na Escola de Ulm e também no Brasil a partir da década de 1960, na Esdi (Escola Superior de Desenho Industrial). Por aqui, as discussões iniciais sobre a função social da profissional designer giravam em torno de um pensamento da época, —“trabalhar no (e sobre o) mercado”, ou seja, o diálogo sobre as consequências sociais positivas e negativas de determinado projeto deveriam ser expostas ao cliente, mas nem sempre isso foi alcançado (BRAGA, 2011).

Essas ideias não estão distantes das discutidas hoje na área, onde também tem sido incluído fortemente o tema de sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Se pensarmos que é a conexão de respeito e pertencimento à natureza que torna possível a vida no planeta, especialmente a vida humana, pois outras espécies continuarão a existir, se extinguir, surgir e se adaptar ao meio, a vida em sociedade continua sendo foco do design, com a adição contemporânea da noção tardia de que não temos outro planeta, até o momento, para viver.

Portanto, em comunhão com a pauta ambiental em destaque, a pauta social deverá sempre fazer parte da prática da designer, e trabalhos que discutam o papel

⁴ Disponível em <http://a-pesni.org/grvojna/placat/klinom.php> Acesso em 08/03/21.

da profissional, bem como tentativas da prática em cenários paralelos ao capitalista precisam ser explorados.

Uma discussão sobre seu papel social pode objetivar especialmente as pessoas que estão à margem do sistema econômico, visando a inclusão social nas dimensões da cidadania, mas também envolve aquelas que são público do mercado de consumo, pois estas também possuem necessidades sociais e muitas vezes carecem de melhorias materiais que o designer pode proporcionar. (BRAGA, 2011)

Uma das maneiras de incluir quem está à margem do sistema econômico é justamente a Economia Solidária, cuja relação com o campo do design ainda está por ser definida.

2.2 SOLIDARIEDADE VERSUS COMPETIÇÃO NA ECONOMIA

Fazendo referência ao trabalho de Paul Singer (2002), o título desta seção atenta para as relações econômicas da sociedade capitalista.

O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural. O que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos. A competição é boa de dois pontos de vista: ela permite a todos nós consumidores escolher o que mais nos satisfaz pelo menor preço; e ela faz com que o melhor vença, uma vez que as empresas que mais vendem são as que mais lucram e mais crescem, ao passo que as que menos vendem dão prejuízo e se não conseguirem mais clientes acabarão por fechar. Os que melhor atendem os consumidores são os ganhadores, os que não o conseguem são os perdedores. (SINGER, 2002, p. 7)

A visão de Singer sobre o panorama econômico no capitalismo evidencia o que o sujeito que habita essa sociedade vivencia: a crescente desigualdade. E para um sistema que somente obtém sucesso com a perpetuação desse quadro, não se faz interessante promover a consciência crítica da população ou a garantia de direitos. Dessa forma, a polarização entre ganhadores e perdedores segue hereditária, pois sem a criação e implementação de políticas públicas que visem a transformação desse quadro, sua repetição atravessará gerações e seguirá mantendo as coisas como estão. Por isso, a quebra desse ciclo só se faz possível

através do surgimento de uma nova forma de agir economicamente, pautada, entre outros princípios, na solidariedade.

O documento síntese da V Plenária Nacional de Economia Solidária⁵ traz esta discussão como base para o entendimento desse campo.

O atual modelo de desenvolvimento dominante no Brasil para o enfrentamento da crise econômica é o de incentivo ao endividamento e ao consumismo, e, portanto não representa os anseios e as necessidades de uma sociedade sustentável. A Economia Solidária no Brasil, por sua vez, está criando um novo modelo de desenvolvimento territorial, sustentável, solidário e voltado ao bem viver de toda a população, se identificando assim como um movimento político, econômico e social que fortalece e valoriza a cultura local, respeitando a diversidade e o meio ambiente.” (PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p.4-5)

Na Economia Solidária, a valorização de potencialidades locais é essencial para o fortalecimento de comunidades e do trabalho associativo. O compartilhamento não somente do capital financeiro, mas de experiências, dificuldades e superações, na gestão e manutenção dos empreendimentos solidários, fomenta a geração de uma nova cultura com caráter coletivo, autogestionário, e que pode alcançar a emancipação. A sustentabilidade desse novo sistema, como transposição ao consumismo exagerado da sociedade, é crucial para sua estabilidade.

A autogestão é o princípio gerador das ações na produção, comercialização e consumo, buscando a viabilidade econômica, política, social e ambiental. A emancipação política dos empreendimentos solidários só poderá acontecer se estes não dependerem política e economicamente da economia de mercado capitalista ou do Estado e, sobretudo, quando tomarem consciência de que lado está. Afirmamos que a construção da autonomia passa por estabelecer outras formas de comercialização, um novo mercado. (PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p.19)

Para gerar e manter uma nova cultura política é preciso que sejam cultivados no comportamento e na cultura dessa sociedade valores que estejam de

⁵ A Plenária Nacional de Economia Solidária é um espaço de articulação e debate do movimento de Economia Solidária no Brasil. Sua quinta edição, última até o momento, aconteceu em Luziânia, Goiás, em dezembro de 2012. O relatório final é uma síntese de discussões ocorridas durante a plenária e seu período de preparação, consolidando elementos para construção e fortalecimento político do movimento.

acordo com o bem-viver: —cooperação, solidariedade, autogestão, democracia, igualdade, justiça social, econômica e ambiental.” (PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p.6). É preciso que uma nova consciência e reflexão crítica sejam enraizadas nos sujeitos desse novo modelo. Há que se contrapor ao modelo capitalista, de forma a fortalecer esse Movimento Social e —re)humanizar o ser humano: usando mais emoção, despertando a consciência para a preservação ambiental e a valorização da vida, construindo novas práticas e novas posturas⁶.”

Ao se falar nos princípios desta Economia Solidária, um termo muito difundido é o da autogestão⁷. No documento síntese da V Plenária Nacional de Economia Solidária, autogestão é definida como

compartilhamento da gestão do trabalho buscando a autonomia e a independência sócio-política e econômica dos indivíduos que compõem cada coletivo (...). Autogestão é diferente de heterogestão, em que existe uma hierarquia entre quem pensa e quem executa (...). A autogestão não tem receita pronta, acontece no diálogo em que cada um-a contribui com o seu melhor para o coletivo. (PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p.11)

Nos diversos campos de ação da Economia Solidária, as tomadas de decisão são coletivas, negando o culto a lideranças centralizadoras do poder decisório e uma verticalização e criação de hierarquia neste processo. Assembleias e reuniões são locais oficiais de discussão, e os sujeitos tem o direito de serem ouvidos e devem ser respeitados em suas individualidades, assegurando a Democracia Participativa, que pode, sim, contar com lideranças, mas de forma compartilhada, sem centralização do poder.

Na prática, a autogestão é considerada um processo desafiador, feito à base de conflitos, avanços, recuos, contradições, pois enfrenta na Economia Solidária os entraves naturalizados por um histórico da educação política capitalista. É difícil gerir de forma democrática quando os espaços não conhecem ou propiciam essa

⁶ PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2012, p.32)

⁷ Este termo também é usado pelo sistema econômico capitalista. Dentro de algumas empresas é tida como parte de uma organização mais flexível, na qual o trabalhador busca sua autonomia, participando de decisões que envolvam sua área de atuação, até mesmo seu salário (MELARA, 2016, p.102). Porém, por estar inserida num contexto capitalista, não deixa de visar os lucros, trabalha com recompensas por metas atingidas e põe de lado a consciência social-política de sua produção ou serviço. Neste trabalho, quando utilizamos o termo *autogestão*, nos referimos, portanto, ao seu sentido dentro da Economia Solidária.

abordagem. Por isso, entre outros motivos, o princípio da Formação Continuada deve ser seguido pelos empreendimentos solidários, já que é preciso identificar estas dificuldades, buscar saberes teóricos e também exercitar a prática do diálogo e da decisão coletiva.

2.3 —“ HOMENS SE EDUCAM ENTRE SI, MEDIATIZADOS PELO MUNDO.”⁸

Ao tratar de cooperativismo, forma clássica da aplicação de Economia Solidária, e de seus princípios universais propostos por Robert Owen no século XIX, Singer (2002) fala do empenho na educação cooperativa, que nada mais é do que a educação do público em geral baseada segundo os propósitos do cooperativismo, e mais amplamente, segundo essa visão de mundo. Ora, se o ser humano é aquilo que a educação fez dele, uma educação transformadora é a chave da transformação social.

Vai ao encontro desta visão, a educação popular reconhecida e praticada por Paulo Freire (1987), que critica a educação capitalista e dita bancária, onde o educador apenas deposita o conhecimento em um educando passivo – prática que mantém as engrenagens do sistema operando, baseada em uma população que permanece oprimida e sustenta o status quo das classes dominantes. Questionar e criticar esse sistema é subverter e propiciar a transformação desta sociedade.

Da união da cultura de livros e museus e da cultura criada e usada pelos movimentos populares nasce a educação popular, que vê a ocorrência de atos de conhecimento em todo lugar, baseados na experiência e, na maioria das vezes, na oralidade, característica muito forte em nossa cultura popular.

—.(.) é preciso não esquecer uma coisa: educação popular e mudança social andam juntas. Essa educação renovada transforma não apenas os métodos de educar. Transforma as pessoas que são educadas em uma sociedade em transformação (...). Essas pessoas se consideram em atos de conhecimentos em todo lugar onde estão: na rua, na fábrica, no passeio e nas igrejas. Ora... é uma visão ativa e criativa do conhecimento”. (FREIRE; NOGUEIRA, 2014, p.86)

⁸ FREIRE, 1987.

A educação problematizadora de Freire (1996) se ancora à ideia de que cada indivíduo é herdeiro de uma história e possui sua própria visão de mundo, este sendo fator preponderante para a construção do conhecimento. Os saberes populares, coletivos e livres mediam a troca de conhecimentos. Não há separação estrita entre um educador e em um educando. Ambos estão abertos a pratica de ensinar e de aprender, para alcançar uma educação justa e inclusiva, através de uma relação dialógica e de afeto.

Na Economia Solidária, a educação popular representa avançar em direção a uma Pedagogia da Autogestão, se firmando nela para desenvolver atividades formativas; pesquisas e reflexões sobre a gestão e organização da produção e sobre a vida material e social; e sobre a percepção do pertencimento ao território. Todos esses meios são entrelaçados aos contextos dos empreendimentos e redes, respeitando a pluralidade de realidades enfrentadas em cada um deles (PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p.66).

Atentar para a importância de uma educação questionadora e que dê voz aqueles que se propõem aprender no processo de desenvolvimento de um projeto editorial em Economia Solidária será mais um desafio do presente trabalho. Freire e Nogueira (2014, p. 47) destacam que é comum aos intelectuais uma ênfase gráfica, um apego ao livro, ao material, ao escrito, ainda que a narrativa proporcionada pela tradição oral popular, sobretudo a latino-americana, traga uma riqueza de história e memória que o discurso acadêmico não consegue incorporar puramente. Vinculando essa ideia ao design participativo, a construção coletiva de um projeto editorial precisa contar com a narrativa dos participantes, então é possível trazer diversos princípios a este trabalho: a participação e voz coletiva, a narrativa da educação popular e os princípios solidários da autogestão, da formação continuada e da troca e construção de fazeres e saberes.

2.4 O DESIGN CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE

Unir princípios de Economia Solidária e da Educação Popular ao desenvolver um projeto que faça sentido nesse contexto pede soluções diferentes do caminho usual.

O processo de design nesta situação torna-se mais complexo, visto que, supostamente, os integrantes de um empreendimento solidário não terão instruções formais em práticas projetuais, exigindo do designer uma maior sensibilidade na criação do entendimento compartilhado. Todavia, estes fatores podem levar à resultados positivos, por incorporar diferentes contextos e visões de mundo na resolução de um problema. (FUJITA; SENNE, 2019)

A característica dessa situação de projeto nos leva ao design participativo, cuja origem divulgada reside em projetos escandinavos das décadas de 1970 e 1980, quando pesquisadores e sindicatos buscaram formas de criar um ambiente de trabalho democrático (SPINUZZI, 2005). Esses projetos surgiram impulsionados pela automação de processos em fábricas que antes tinham como agentes os próprios trabalhadores. A tecnologia sendo empurrada de cima para baixo na cadeia produtiva, não diferente do que vemos atualmente, fez com que sindicatos reagissem e procurassem soluções para a situação. Pesquisadores, então, testaram métodos que não anulassem o conhecimento dos trabalhadores diante dos processos propostos por seus superiores, os deixando participar do processo de design. A partir dessa experiência, o design participativo passou a ser aplicado e desenvolvido em outras áreas, como produto, serviços e educação (SPINUZZI, 2005).

Cabe aqui o incentivo à reflexão sobre a otimização de processos industriais baseada na apropriação do conhecimento do trabalhador, sem o devido reconhecimento como contrapartida à lucratividade provinda do aumento da qualidade nesse mesmo processo.

O compartilhamento do conhecimento entre designers e não-designers mostra a importância da bagagem de experiência desses atores e demonstra um real benefício do método – as competências dos participantes podem ser recurso para o processo.

Em resumo, pode-se dizer que dois tipos de valores orientam estrategicamente o design participativo. Um é a ideia social e racional da democracia como um valor que leva a considerações de condições para a participação adequada e legítima do usuário. O outro valor pode ser descrito como a importância de fazer o conhecimento tácito dos participantes entrar em jogo no processo de design, não só a sua competência formal e explícita. (EHN, 2008)

Neste projeto, a intenção é utilizar o design participativo para mudar a tendência de designers tentarem pensar pelos outros, “~~f~~azer com” e não “~~f~~azer para”, envolvendo ativamente a quem o design está servindo, fazendo parte da discussão sobre o papel da profissional.

2.4.1 Experiências com design participativo

Ao procurar referências de projeto editorial participativo em economia solidária, percebi uma ausência de trabalhos publicados. Portanto, trago referências que se complementam para se assemelhar ao objetivo do presente trabalho.

Fernandes (2018) utilizou design participativo como método no projeto de desenvolvimento de um livro para crianças, em Natal, Rio Grande do Norte. Para diagnosticar as necessidades de um livro para alunos do 1º ano, a autora realizou entrevistas com os especialistas: professores. Ao elencar os pontos trazidos por eles, foi desenvolvido coletivamente com as crianças a narrativa, através da técnica de *brainstorming*⁹, e as ilustrações do livro. A partir da coleta desse material, a autora desenvolveu o livro, que foi levado na forma de protótipo para alunos e professores avaliarem. Feitas as devidas sugestões e alterações o livro pôde ser finalizado. Neste caso, o processo participativo serviu para a criação de conteúdo.

Silva (2016) utilizou oficinas participativas baseadas na teoria e na prática da Educação Popular para abordar a temática da nutrição em uma comunidade de Tracunhaém, em Pernambuco. A autora se aproximou da comunidade através de suas lideranças e estabeleceu uma relação de confiança utilizando da sensibilização sobre o tema por meio de palestras, reuniões e conversas com participantes. Para facilitar a prática pedagógica, foram feitas rodas de conversa, onde todos podiam se expressar, e oficinas temáticas, sendo possível construir coletivamente um diagnóstico.

Como resultado do processo participativo, a autora detectou juntamente com a comunidade a realidade local em se tratando da alimentação: há uma grande

⁹ Termo cunhado por Alex F. Osborn em seu livro *Applied Imagination: Principles and Procedures of Creative Thinking* (1953) e que pode ser definido rapidamente como um bombardeio de ideias para responder a questões propostas por um moderador a partir de um tópico, e dessa forma encontrar soluções para um problema. O termo será trazido novamente neste trabalho com a tradução *chuva de ideias*.

variedade de alimentos saudáveis disponíveis na comunidade, mas crianças tem uma preferência pela alimentação de origem industrializada, por não ser "tão repetitiva".

De posse dessa informação, a ideia de desenvolver um jogo sério (educativo) surgiu e foi posta em prática, depois levando novamente à comunidade e a especialistas da área da nutrição para que fosse feita a avaliação, com posterior refinamento para finalização. Neste caso, o design participativo foi usado no processo para a criação de um diagnóstico.

O trabalho de De Sylvio (2018) conta com estudos acerca do design como ferramenta de emancipação social, o design emancipatório. A autora relata experiências no contexto da Economia Solidária, enquanto estudante de design, estagiária na TECSOL e colaboradora na Rede Mandala, na qual teve a oportunidade de construir de forma participativa a identidade visual da rede. Seus questionamentos muito se relacionam e conversam com os contidos no presente trabalho, e suas vivências resultaram em sua transformação pessoal e profissional.

Em seus relatos, De Sylvio (2018) expõe e debate a fragilidade da designer que de forma naturalmente enraizada academicamente se aproxima de um determinado grupo que parece ter uma necessidade, observa sem o rigor da vivência, e acaba por propor soluções a problemas que não eram propriamente problemas. A autora discute a transformação que esse rompimento brusco da visão entre design acadêmico e design para e com seres humanos lhe representou.

É a partir dessa mudança de pensamento, que ela enumera apontamentos para pensar na construção de um design dito emancipatório: diálogo; não setorização dos conhecimentos e troca destes saberes; tomadas de decisão coletivas como exercício de autogestão; sensibilidade e respeito ao próprio contexto e às pessoas; análise/construção crítica; importância do processo como processo; criação coletiva; uso de diversas linguagens/ meios de linguagem; acessibilidade de técnicas de produção e reprodução; estética.

Aqui, seus apontamentos contribuirão em discussões sobre o processo de construção do projeto editorial na Economia Solidária, analisando e avaliando como estes ocorreram de forma mais ou menos representativa durante o processo.

2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TEMAS

Dado o histórico não-neutro do design, o contexto da atuação da designer demonstra suas ideias e vertentes, visto que não é possível fazer design sem se envolver com este contexto. Atuar num cenário de consumismo, atendendo à suas exigências, produzirá um design consumista, gerador e mantenedor de desigualdade. Logo, atuar num cenário que nega o consumismo e trilha caminhos que visam diminuir desigualdades, fará da designer uma profissional que reflete esse cenário e que demonstrará sua consciência social.

Como De Sylvio (2018) destaca, a Economia Solidária é um cenário possível na busca de uma maior consciência, pois visa, dentre outras, a emancipação da trabalhadora e do trabalhador das garras desse capitalismo predador. Aqui, não podemos nos esquecer de que a designer faz parte da classe trabalhadora, e por isso, está inclusa nesse processo emancipatório. E se do trabalho se faz seu papel de atuação, a designer na Economia Solidária necessita apreender os princípios que regem o fazer solidário. A prática democrática, dialogada e autogestionária devem permear o processo do design num projeto que busque servir às suas demandas, com a participação voluntária e consciente de quem tiver a disposição de atender seu propósito. Dessa forma, o design participativo poderá se moldar a esse horizonte, aprendendo com ele e ganhando sua própria identidade.

3 PROJETO EDITORIAL PARTICIPATIVO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para atender a demanda permanente e o princípio da Formação Continuada da Economia Solidária, o curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários foi proposto e realizado entre 18 de fevereiro a 17 de junho de 2019, sempre nas manhãs de segunda-feira, no Escritório Verde da UTFPR - Curitiba. Para entender em que contexto esse curso ocorreu é preciso fazer algumas identificações.

A Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade – a Rede Mandala, nasceu em 2017 e é formada por “redinhas”, ou seja, associações, cooperativas e/ou articulação informal de vários empreendimentos solidários de Curitiba e região metropolitana, que se fortalecem, dentre outras funções, compartilhando inclusão produtiva, logística e comercialização. Além das redes econômicas solidárias, estão envolvidas duas instituições de apoio e fomento, a TECSOL e o CEFURIA.

A TECSOL, Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba, nasceu em 2015, como projeto, e hoje se constitui como programa de Extensão, ou seja, que realiza a ponte universidade – sociedade. Na TECSOL, há docentes, técnicos, estudantes e voluntários da sociedade civil que participam das ações em prol da Economia Solidária, com o objetivo da reflexão sobre a sociedade, da pesquisa e do apoio direto na formação e trabalho de redes econômicas solidárias e de grupos associativos que pretendem se organizar e se formalizar dentro da Economia Solidária. O CEFURIA, Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, nasceu oficialmente em 1981, e atua em quatro eixos: o da formação popular freireana; da articulação de movimentos sociais do campo e da cidade; da democratização da informação, através da comunicação popular; e da economia solidária. O CEFURIA é um espaço de estudo, reflexão e formação, com o propósito de auxiliar no crescimento da consciência social da classe trabalhadora. TECSOL e CEFURIA atuam em parceria em vários trabalhos, o que permite também a conexão com o poder público, facilitando na obtenção de fundos para fortalecimento das redes com as quais trabalham.

Estes três atores construíram de forma ativa o curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários. Unidos e contando com o voluntariado de

mais educadores e facilitadores foi possível desenhar as necessidades da formação em questão, os conteúdos e a abordagem. E durante o curso em questão, a construção coletiva de saberes, por meio do diálogo, dos relatos de experiência e as avaliações de cada encontro aconteceram de forma constante, de forma a atender os anseios demonstrados nos encontros seguintes. Educação Popular e autogestão em seu mais puro estado, mesmo que talvez não vistos e nomeados dessa forma, por estarem tão entrelaçados à prática da Economia Solidária.

As atividades do curso passaram pelos temas de Oratória, Matemática básica e aplicação nos empreendimentos, Potencial de Produção, Divulgação e Comercialização dos produtos e/ou serviços, Logística e Organização em rede, e Administração Geral na perspectiva da Economia Solidária. E além do aprendizado relacionado à vivência da Economia Solidária e dos conteúdos mencionados, as e os participantes puderam também trocar saberes que tocam no diálogo, no relacionamento, na cooperação e na solidariedade. Todos os encontros aconteceram seguindo a pedagogia da educação popular. Carneiro (2020) caracteriza o curso em um dos capítulos do livro gerado através do projeto citado neste trabalho.

As aulas seguiram a metodologia própria da economia solidária e da educação popular: o lanche era compartilhado; iniciava-se cada aula com mística, construída pelas próprias pessoas participantes do curso, em sistema de rodízio; estabelecia-se o diálogo entre educadoras e educadores, educandas e educandos para a construção coletiva do conhecimento, e ao final de cada aula toda a equipe, composta pelo GT de formação e alunos extensionistas, se reuniam. Nesta reunião, liam-se as avaliações que as pessoas participantes escreviam a cada módulo e se debatia sobre tais avaliações. A partir destas avaliações e das reflexões da equipe de apoio, buscava-se planejar os próximos passos e encontros. (CARNEIRO, 2020, p. 20)

As místicas são um tipo de atividade a serviço da interação, identificação como um grupo e preparação das e dos envolvidos para as atividades que se seguem. É uma introdução à vivência e busca fortalecer vínculos entre quem participa. Da mesma forma, a disposição em círculo em variados momentos, como de debate, conversa, refeição, que também geram trocas de saberes, facilita a horizontalidade das relações, a visualização e escuta de quem fala, demonstrando a importância da atenção à cooperação. Cooperação essa também vista no momento do café solidário, o lanche compartilhado, onde todas e todos eram estimulados pela

própria dinâmica a trazer seu alimento para dividir com os demais. Um momento extremamente rico de trocas, de sentimentos e de afeto, também servindo como estreitamento de laços entre membros da rede.

Como as pessoas participantes vinham de empreendimentos diversos da Rede Mandala, ali era um importante espaço de criação e de fortalecimento de vínculos e também de articulação; oportunidade de as pessoas se encontrarem regularmente, trocarem informações e experiências, divulgarem seus produtos, avaliarem e planejarem atividades. A abordagem de temas que diziam respeito à realidade das pessoas e dos empreendimentos favorecia o conhecimento mútuo e avaliações de práticas. (CARNEIRO, 2020)

De maioria feminina, trinta e oito pessoas participaram do curso, destas, 27 sendo da Rede Mandala e as demais da TECSOL e do CEFURIA. O curso teve dezesseis encontros, tendo seus últimos encontros adiados em uma semana devido a perda de um dos membros da rede. Seu falecimento foi um grande choque para todo o grupo, que decidiu por prestar uma homenagem, utilizando seu nome para nomear a turma na conclusão do curso.

3.1 A NECESSIDADE DA PARTILHA DO CONHECIMENTO

O registro e a formalização dos saberes gerados no curso trouxeram a necessidade maior, pautada no princípio de Trocas e Construção de Saberes e Fazeres: partilhar o que foi aprendido, não fazendo disto algo a ser comercializado ou fonte de poder, mas sim compartilhado, para que mais e mais trabalhadoras e trabalhadores possam ter acesso a esse conhecimento.

Eu, como estudante de design gráfico, interessada nas reflexões sobre a postura profissional da profissão designer e sobre sua consciência social, e também em somar ao movimento da Economia Solidária, pude ter a oportunidade de auxiliar nessa função, ao me aproximar da TECSOL.

Como já discutido anteriormente, o processo de design dentro de um contexto social específico deve respeitar suas particularidades. A característica autogestionária da Economia Solidária trouxe questionamentos sobre a utilização de um método de design previamente definido, e colocou em conflito uma mente habituada a pensar num processo linear, com etapas já delineadas. Por isso, para

esse projeto, a metodologia de design participativo não seguiu um procedimento metodológico já utilizado em outros trabalhos, sendo um processo que emergiu a partir da experiência, o que tornou possível a reflexão sobre sinergias e contradições observadas entre o fazer autogestionário e o fazer design.

O projeto aqui descrito pode ser dividido em três momentos, que muitas vezes se sobrepuseram, seguindo um fluxo espontâneo e auto-guiado: Reconhecimento da demanda, Construção coletiva do conteúdo e Materialização. A partir deste momento, detalharei como aconteceu o processo participativo do projeto editorial para o curso Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários.

3.2 RECONHECIMENTO DA DEMANDA

Em março de 2019, procurei a professora Maria Luisa Carvalho, docente atuante na TECSOL, com quem havia feito uma disciplina na graduação, para conversar sobre possíveis temas de TCC. Já tinha conhecimento que ela trabalhava com Economia Solidária, e não sabia bem do que isso se tratava, mas o tema de um trabalho apresentado na disciplina, que trazia como assunto a designer atuando de uma forma mais voltada à área de empreendimentos sociais me chamou a atenção.

Na conversa, a professora me explicou um pouco mais sobre a Economia Solidária, como a TECSOL funcionava e que havia estudantes de design estagiando na incubadora, além das demandas que poderiam atrair quem estivesse disposto a participar de um projeto. Dentre as opções listadas, ela me contou sobre o curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários e que havia uma riqueza de conteúdo sendo produzido muito grande, riqueza essa importantíssima para os empreendimentos, pois eles enfrentam dificuldades quando o assunto é gestão. Os participantes do curso estavam percebendo que essa gestão envolvia mais habilidades do que eles pensavam. Não que não as utilizassem, mas não de forma consciente e formalizada. Para essa opção, a demanda era a de construir um material didático que poderia ser utilizado pela universidade, ou pela TECSOL, ou pelas redes, como uma cartilha para formações.

3.2.1 Percepção da necessidade

Fui convidada a participar de uma reunião ordinária da TECSOL. Nela pude observar a organização das pautas tratadas pela incubadora e o comprometimento dela com seus incubados. Pude ouvir docentes e estudantes desenrolando sobre demandas trazidas pelos empreendimentos e associações, sobre as pontes construídas com o poder público, de forma a facilitar acesso a verbas e projetos, além da luta por reconhecimento e amparo legal aos trabalhadores e à pauta, sobre cursos e oficinas que estavam sendo pensadas e feitas junto a coletivos paralelos, entre outras.

Neste meu primeiro contato com a TECSOL ainda pude me apresentar e demonstrar meu interesse em realizar o TCC com a incubadora, de forma mais específica atuando sobre o material didático do curso. Também reconheci o professor Frederick van Amstel, do DADIN, que veio a ser meu orientador neste trabalho. Fui bem recebida e convidada a participar de algum encontro do curso, para conhecer a forma e as pessoas.

Neste dia, senti que os ventos no design mudavam pra mim, e tive duas constatações. A primeira foi a reafirmação do quanto projetos de Extensão na universidade são significativos e essenciais na transformação social, e que sim, os saberes gerados dentro e fora da universidade carregam valor e devem conversar. E a segunda, a verificação de que neste projeto eu não seria apenas diagramadora, mas sim parte de um coletivo, com envolvimento e participação constante, onde teria oportunidade de apresentar de forma contextualizada saberes técnicos da área do design, bem como poder absorver vários conhecimentos não costumeiramente ligados a essa área.

Em 29 de abril de 2020, compareci a um encontro do curso de Gestão. Adotei uma postura de ouvinte e de reconhecimento ao espaço e as pessoas que ali participavam. Fui abordada algumas vezes e indagada sobre quem eu era e se fazia parte da TECSOL, expliquei meu propósito e disse que esperava vê-las mais vezes.

Conversei com empreendedoras e descobri como o design gráfico é requisitado na Economia Solidária. Cada empreendimento busca construir da forma que lhe parecer correto sua identidade visual, seus catálogos, seus cartões de visita, suas páginas em redes sociais. Acredito que há aqui uma demanda muito interessante e que poderia se fortalecer a partir das trocas de conhecimento técnico

e do diálogo para desenvolver uma forma de uso do design gráfico pelos empreendimentos, através de uma nova estética ou processo.

O curso se organizou através de eixos e atividades previstas para cada encontro, que eram facilitados, em sua maioria, pelo professor voluntário Julio Bernardelli (na época, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade – PPGTE, da UTFPR – Curitiba) e pela professora docente da UTFPR – Curitiba e membro da TECSOL Marilene Zazula Beatriz. As atividades contavam com momentos de reflexão e de relatos de experiência, assim, era possível fazer a relação entre a discussão e conhecimento trazido pelo educador e a vivência em cada empreendimento. Durante todo o encontro a professora Marilene registrava informações, questionamentos, sugestões e dificuldades que surgiam na forma de um arquivo de memória, já com o objetivo de transformá-las em algo a ser melhorado e compartilhado no futuro – houve também registro em vídeo, de boa parte dos encontros.

Em dado momento, me apresentei às participantes (maioria feminina), falei do propósito do projeto e que a participação de todas seria bem-vinda. Nesse primeiro contato, a informação foi transmitida, mas não produziu muitas reações. Senti que precisaria sensibilizá-las de alguma forma.

Após esse encontro, juntamente com alguns membros da TECSOL, maioria discente, foram realizadas duas reuniões do então Grupo de Trabalho (GT) para desenvolvimento do material didático. Nelas falamos sobre:

(a) suporte: e-book ou digital no formato PDF para facilitar compartilhamento para o maior número de pessoas possível e diminuir custos, mas também o apego ao material físico e impresso, devido a muitas pessoas terem dificuldades no campo da tecnologia;

(b) referências visuais: materiais já preparados por outros grupos e que seguem uma estética que agrada e é reconhecida por pessoas que se envolvem na rede, sendo uma estética própria da Economia Solidária e da cultura popular envolvida, como uso de cores, materiais e texturas;

(c) nomenclatura do material: tratado inicialmente pelo nome de manual, passou rapidamente a ser chamado de cartilha, dado o histórico desse tipo de impresso no campo da Economia Solidária, discutimos sobre a limitação criativa que esse nome representaria ao leitor, decidindo chamá-lo de material didático (durante o projeto o material continuou a ser chamado de cartilha por alguns participantes);

(d) linguagem da narrativa: foi proposto que a linguagem utilizada fosse dialógica, fundada nos princípios da pedagogia freireana;

(e) linguagem visual: foi sugerida a utilização de um tipo de personagem-guia ilustrado, como uma mascote, visto que há essa característica em algumas cartilhas - essa possibilidade foi refutada por alguns participantes pela ideia da infantilização do leitor e também pela ausência de voluntários a realizar tal ilustração;

(f) participação no processo¹⁰: sugeri o engajamento de mais pessoas participantes do curso no GT, para que mais ideias fossem trazidas, maior pluralidade fosse alcançada e tivéssemos mais cabeças pensantes para compartilhar todo o processo, além do sentimento de pertencimento e de valorização do construir do projeto.

Também discutimos a necessidade do início da produção do conteúdo. Então, foi acordado que todos leriam o registro de memórias de um dado módulo do curso, procuraríamos mais referências e discutiríamos numa reunião futura. De início, o grupo de trabalho pareceu pequeno e desorientado, dado o tamanho do projeto com diferentes demandas que pareciam não se conectar e não achar responsáveis para atendê-las. A apreensão da designer que pede sempre por coordenadas mais definidas surgiu, mas preferi assumir um lugar de reconhecimento do contexto e da prática habitual desse coletivo.

3.2.2 Chuva de ideias

Para conhecer melhor as pessoas a quem esse material se destina, e fazer um chamado a quem se dispusesse a participar do projeto, eu e professor Frederick propusemos uma atividade que pudesse expor as vontades e ideias do grupo participante do curso, durante um dos encontros deste (Figura 3). Para isso, incentivamos uma espécie de chuva de ideias (*brainstorming*), onde todas e todos se sentissem livres para dar sugestões sobre três assuntos debatidos com muitas divergências nas reuniões do GT e ligados ao material que viria a ser desenvolvido: linha gráfica, linguagem e formato. Enquanto os participantes da oficina debatiam os

¹⁰ A pauta de participação foi trazida a partir de uma reunião com o professor Frederick, na qual foi apresentado o conceito de design participativo e sugerida a abordagem nesse projeto.

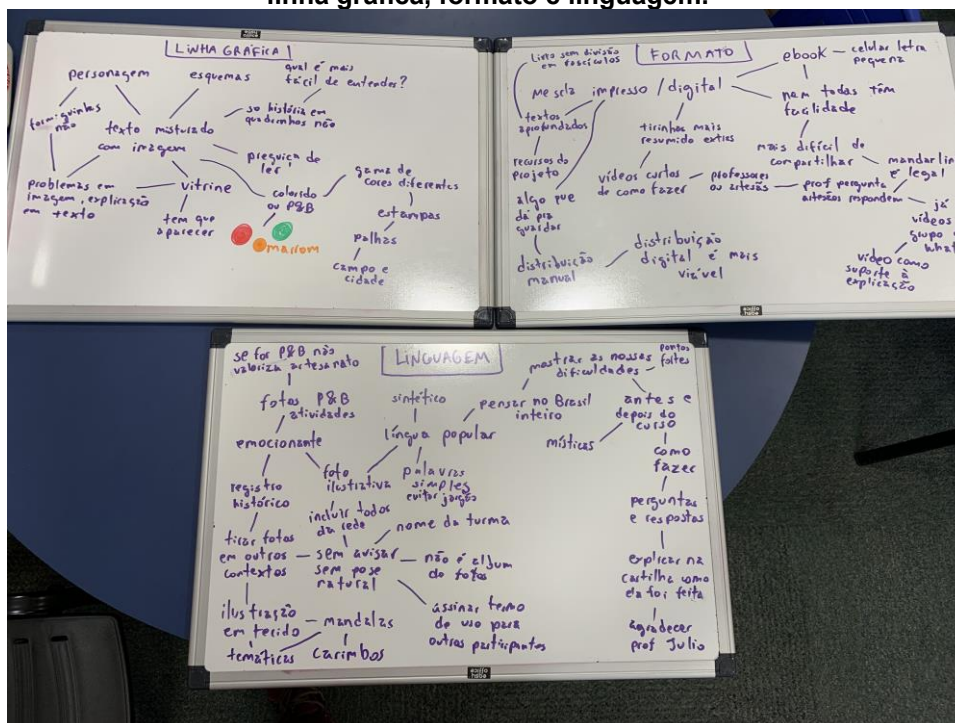
assuntos, o professor Frederick anotava em quadro brancos portáteis, também exibidos aos participantes para confirmação (Figura 4). Neste dia, levamos alguns materiais construídos por outros coletivos, com linguagens e formatos variados para ajudar nas referências.

Figura 3. Chuva de Ideias durante Curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários



À esquerda, autora apresentando materiais de referência para o projeto; à direita, participantes pontuando preferências. Fonte: Frederick van Amstel

Figura 4. Quadros-síntese da chuva de ideias nas três categorias de interesse para o projeto: linha gráfica, formato e linguagem.



Fonte: Frederick van Amstel

Para Linha Gráfica, a proposta de utilizar muitas imagens foi a prevalecente, seja por meio de personagens, esquemas, chamada para problemas, ou como

vitrine para as produções dos empreendimentos da rede. Além disso, o uso de cores e texturas variadas, como palha e estampas de chita, foi citado como parte da identidade da relação campo-cidade da Rede Mandala.

Para o assunto Linguagem, o uso de imagens continuou sendo foco, principalmente fotografias para ilustrar os conteúdos, com ideias como fotografar participantes do curso num contexto de comércio justo, como na Feira Permanente do Portão (feira realizada por uma associação da Rede Mandala, com frequência já estabelecida, em Curitiba), sempre pedindo permissão para o uso de imagem, mas também houve falas como a de que o material não seria —“álbum de fotos” e o excesso de imagens poderia cansar quem busca o conteúdo mais específico de gestão. Houve espaço também para pontuações sobre a forma da linguagem, que deveria ser popular, pensada em todo o Brasil, sintética, e sem uso de jargões.

Quanto ao Formato, as ideias seguiram os questionamentos que havíamos tratado no item anterior desse trabalho, em Percepção da Necessidade. O material impresso possui o apelo do manual, do físico e pede pelo contato interpessoal para distribuição, já o material digital pode apresentar inúmeras vantagens quando se pensa no uso de recursos visuais, como vídeos, links para extras, mais viável distribuição, por não ser freado por custos de impressão, mas também limitante para acesso em celulares, por exemplo, pelo texto se apresentar muito pequeno.

Esse processo de perguntas, respostas, indagações, críticas e expressões livres foi muito proveitoso para entender um pouco sobre como as pessoas ditas leigas veem a prática do design, e como designers imaginam que pessoas leigas veem a prática do design. Em primeiras discussões, falar do formato do material parecia algo muito próprio e exclusivo do design, mas durante a chuva de ideias, as colocações das e dos participantes passaram pelos mesmos questionamentos que tivemos entre designers anteriormente. Logo, deixo aberta a reflexão sobre se são mesmo do design essas ditas particularidades, ou se alguns elementos do design já estão tão enraizados na vida cotidiana que não são mais reconhecidos como elementos próprios de design, ou, ainda, se a infraestrutura criada na era digital é a mesma para todas e todos, e o preciosismo de uma área tecnológica como o design acabou por apropriar-se dela, tornando-a – sem sucesso - inalcançável para não-designers.

3.3 CONSTRUÇÃO COLETIVA DO CONTEÚDO

Providos de sugestões e inspirações vindas da chuva de ideias, pudemos começar a pensar no conteúdo deste material. Essa fase do projeto foi a mais longa, contando com: 18 reuniões entre 2019 e 2020; eventos com participação ativa da TECSOL; mudanças na composição de integrantes do GT; mudanças de sede da TECSOL (onde ocorriam as reuniões do GT), do Campus Centro da UTFPR - Curitiba para o Campus Ecoville; estabelecimento de um caos pandêmico devido à Covid-19; mudanças no regime de trabalho de integrantes do GT e da população em geral, e tantos outros. Foi um período muito revoltado e, caso fosse relatado numa sequência linear, isso não expressaria o processo participativo. Por isso, decidi por pontuar em uma ordem lógica e não cronológica os momentos-chave durante o desenvolvimento do projeto em que a Economia Solidária e o design estabeleceram algum tipo de relação.

3.3.1 Designers não se sentem aptas a criar conteúdo

Discussões sobre referências e métodos do criar gráfico são inerentes à prática da designer, mas para isso é necessário que o conteúdo sirva de molde para o produto que o design pretende criar. E quando o conteúdo ainda não está definido?

Nas reuniões iniciais do grupo de trabalho, estávamos entre quatro estudantes, três de design e uma de arquitetura e um professor também da área de design. Em nossas mãos foi colocada, por nós mesmos e aceita pelo grupo, durante as reuniões gerais da TECSOL, a responsabilidade de ~~“fazer a cartilha”~~ “fazer a cartilha” do curso de gestão. Aqui pôde ser visto o protagonismo das e do discente como um ato autogestionário.

De início pareceu óbvio que um material gráfico deveria ser feito por especialistas no assunto, mas, rapidamente, percebemos que fazer um material gráfico em sua totalidade não é somente uma atividade especializada de design. Um material gráfico vai além do ~~“gráfico”~~ “gráfico”. Precisávamos da *participação* de mais pessoas, especialistas da vivência no conteúdo que iríamos tratar, e, por mais que tivéssemos entre nós pessoas que viveram muitas experiências na Economia

Solidária, estas não eram o bastante para falar com propriedade dos assuntos sobre gestão.

Tínhamos o registro de memórias feito pela professora Marilene, e também vídeos da maioria dos encontros, mas faltava propriedade para que o material não se tornasse apenas um resumo do que foi visto no curso. Para que o material cumprisse seu propósito de compartilhar conhecimentos produzidos e auxiliasse na formação continuada de quem o acessasse, precisávamos que o conteúdo fosse aprofundado e refinado por quem sabe do assunto.

Por isso, através do diálogo em uma das reuniões gerais da TECSOL, expusemos nossa dificuldade de sintetizar os temas tratados no curso e os receios sobre o resultado desse processo. Assim, conseguimos sensibilizar mais participantes com maior vivência sobre o conteúdo a ser produzido, docentes da própria TECSOL, para juntarem-se a nós no projeto.

Ao longo do projeto, membros com maior vivência nos assuntos do conteúdo se tornaram maioria do grupo de trabalho e eu, a única designer, já que os demais designers não puderam mais nos acompanhar. Em mim centralizou-se a função de materializar o que discussões riquíssimas, com muitas trocas, renderam. Apesar dessa centralização, a participação em decisões do projeto permaneceu sempre aberta a todos nós.

3.3.2 A questão do formato

Das ideias trocadas nas primeiras reuniões às trazidas na Chuva de Ideias, o formato era um ponto com caminhos mais ou menos definidos. Se na Economia Solidária a partilha de conhecimento é princípio, fazê-lo cumprir através de um material que possa ser partilhado indefinidamente por meios digitais foi decisivo.

Inicialmente, quando não havia suporte definido para o material, esta foi a ideia que as e os designers entenderam ser a melhor, produzir algo digital que não precisasse sofrer grandes modificações para ser impresso, caso houvesse essa possibilidade. Nesses primeiros momentos, fizemos menção a produção de vídeos, ilustrações e outros recursos visuais para o material, sem definir responsáveis para isso.

Nas reuniões que se seguiram, me encontrei sozinha como designer responsável pela diagramação do material e optei por seguir a linha já pensada e discutida primariamente, produzindo algo que poderia ser impresso e/ou ter seu arquivo PDF¹¹ disponibilizado através de link público a quem desejasse acessá-lo.

Em fevereiro de 2020, tivemos a notícia de que o CEFURIA teria uma verba para impressão de materiais de formação, o que deixou o grupo muito alegre e já pensando sobre seu lançamento, sobre a satisfação de ter um material físico que pudesse ser palpável e o quanto as pessoas inseridas em todo o processo do curso, da Rede Mandala e da Economia Solidária como um todo, se identificariam com ele. Dali em diante, o material passou a ser pensado definitivamente para a impressão, com compartilhamento digital para aumentar seu alcance.

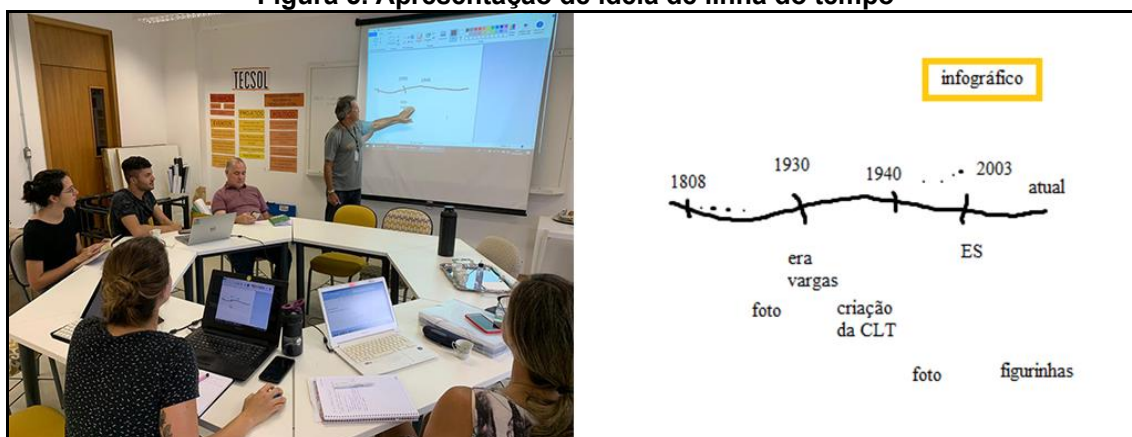
Num material impresso, para uma maior tiragem, é preciso respeitar as especificações que fossem determinadas pelo orçamento do financiador. A nós, chegaram informações simples, mas suficientes para orientar o trabalho. O material teria dimensões 14,3 cm de largura por 21 cm de altura, deveria ter no máximo 140 páginas, brochura e poderia ser colorido. Informações sobre o tipo de papel de impressão não nos foram passadas, então tomei como verdade de forma um tanto arbitrária que o papel seria branco offset, o mais econômico.

Ao longo do projeto, essas especificações foram limitantes, pois a cada reunião de construção de conteúdo percebíamos que ele estava ficando maior e deveríamos ponderar sobre a quantidade máxima de páginas para cada assunto. Em uma das reuniões, após muito debate sobre cortes em alguns textos, sugeri que pudessemos nos ater a um número de caracteres definido por página, o que facilitaria a noção de quantas páginas já tínhamos feito e quantas ainda poderíamos usar. Num cálculo rápido, testando no software de edição e levando em conta um grid já pré-estabelecido, lancei a ideia de utilizar o número máximo de 2500 caracteres por página, o que auxiliou na forma como todos poderiam medir o tamanho de seus textos, já que não havia um padrão nos arquivos analisados – margens, família, tamanho das fontes e espaçamento eram variados.

¹¹ "Em 1991, o cofundador da Adobe, Dr. John Warnock, iniciou a revolução do impresso ao digital com uma ideia que ele chamou de —TheCamelot Project—. O objetivo era permitir que qualquer pessoa pudesse captar documentos de qualquer proveniência, enviar versões eletrônicas desses documentos a qualquer lugar e exibi-los e imprimir-los em qualquer computador. Em 1992, o Camelot se tornou o formato PDF. Hoje, ele é o formato de arquivo no qual empresas no mundo todo confiam." (ADOBE, 2021)

Sobre a apresentação de alguns conteúdos que traziam datas, o membro da TECSOL, professor Marcos Antônio Silvério, já nas primeiras reuniões após a divisão de tarefas, apresentou para o grupo o que julgou ser uma estratégia de design viável para o conteúdo que estava construindo: uma linha do tempo com a história social, política e econômica do trabalho no Brasil. Enquanto ele falava sobre a execução dessa ideia para o grupo, usei dos recursos que havia no momento para rascunhar o que era dito (Figura 5), dessa forma o grupo todo pôde visualizar o que estava sendo proposto. A partir desta ideia, o grupo achou válida a utilização desta forma para outros textos também, como para contar a história dos atores envolvidos no curso, a TECSOL, o CEFURIA e a Rede Mandala.

Figura 5. Apresentação de ideia de linha do tempo



À esquerda, professor Marcos apresentando a ideia de linha do tempo, no rascunho feito simultaneamente pela autora; à direita, resultado do rascunho. Fonte: Frederick van Amstel

Outro texto que também continha muitas informações com datas era o da história da organização política da Economia Solidária no Brasil. Para este em específico, professora Marilene falou sobre a possibilidade de usar a representação de um varal, por ser uma dinâmica utilizada em oficinas e outras formações na qual as ideias ficam expostas penduradas em um varal, como no exemplo da Figura 6, e traria um elemento da identidade do movimento para o material.

Figura 6. Exemplo de varal na Economia Solidária



Fonte: TECSOL

Já alguns assuntos foram motivo de debate, como o de controle financeiro nos empreendimentos econômicos solidários. O texto construído pelos responsáveis pelo tema trazia tabelas como exemplos para serem usados para planejamento e produção dos empreendimentos, algo que foi criticado, por conter muitos itens que não eram comuns a toda a diversidade de empreendimentos. Após longa discussão, o grupo decidiu por manter as planilhas e adicionar ao texto que cada empreendimento poderia fazer adaptações à sua realidade.

3.3.3 Ferramentas digitais compartilhadas

Para conseguirmos seguir construindo um projeto de forma coletiva e participativa em meio à pandemia de Covid-19, o uso de ferramentas digitais foi fundamental e o grupo precisou aprender a trabalhar fazendo uso delas para manter o propósito da construção do material.

Logo de início, criamos uma pasta compartilhada no serviço de salvamento em nuvem da Google, o Google Drive, para que todas e todos pudessem acessar os arquivos criados. Essa pasta foi criada sobre domínio da TECSOL para facilitar o acesso também a informações sobre o curso. Nela, após perceber que já havia um grande número de arquivos de conteúdos, criamos uma pasta com arquivos que tinham sido recém feitos e estavam abertos para considerações na forma de comentários, e outra pasta com o conteúdo já aprovado. Assim, quem tivesse feito o

arquivo e soubesse que seu texto estava aprovado, poderia mover o arquivo para a pasta específica. Também pude montar um arquivo geral com tudo que estava pronto e aos poucos fomos visualizando o tamanho que o material estava ficando.

Ainda que esta pasta estivesse aberta para todas e todos do grupo, havia a dificuldade de visualizar quem já havia opinado, se já havia dado sugestões e o quanto faltava para finalizar. Para isso, propus a criação de uma planilha de fluxo de trabalho, onde os conteúdos estariam discriminados, com seus respectivos responsáveis identificados, se estava pronto ou não, aprovado ou com considerações a serem atendidas. A partir desse arquivo, as demandas ficaram mais evidentes e a organização do grupo melhorou muito, pois todos podiam editar esse arquivo e mesmo quem não tivesse alguma intimidade com a ferramenta poderia pedir para que alguém o fizesse para si. Mas nem tudo são flores. A disponibilidade de ferramentas pode não ser realmente o problema de algumas questões, como visto a seguir.

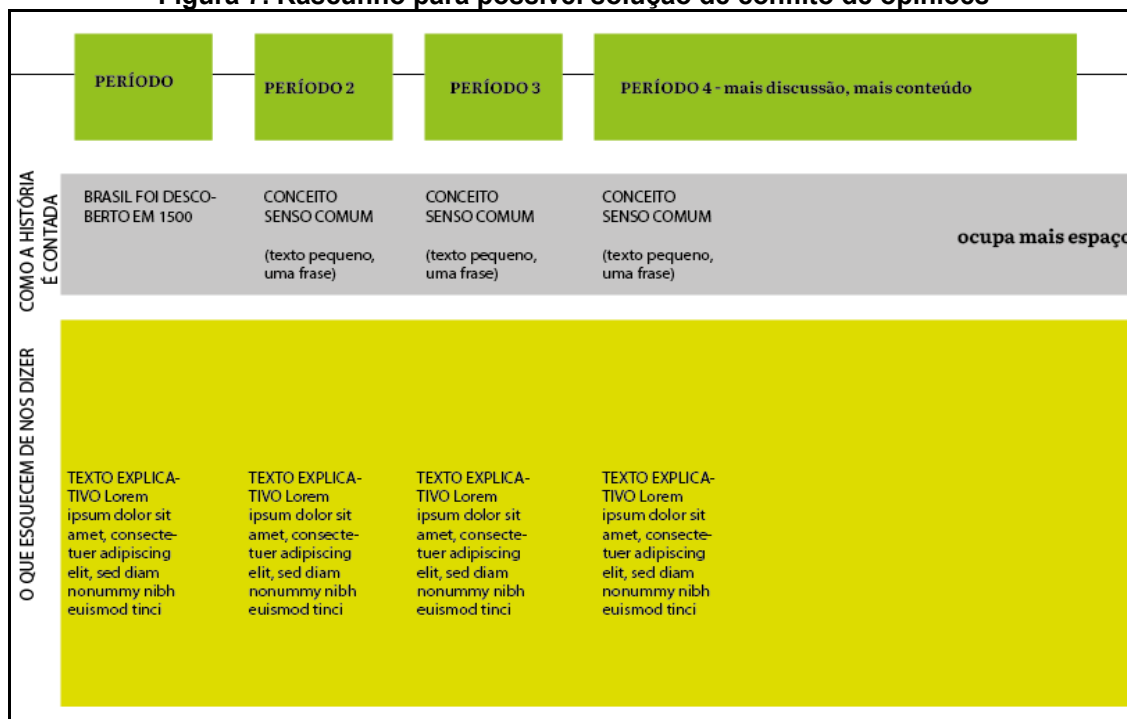
3.3.4 Designer que buscar gerir conflitos

O conteúdo contendo a história social, política e econômica do trabalho no Brasil foi motivo de muito debate durante a maioria das reuniões. Como o grupo de trabalho cresceu ao longo do projeto, a diversidade de pensamento também e a polêmica sobre a abordagem do tema surgiu. De início, como já mencionado anteriormente, a estratégia escolhida seria uma linha do tempo contando detalhes históricos, alguns não muito divulgados, guiando o leitor até os dias atuais. Porém, essa visão não exprimia totalmente o lado da classe oprimida, marginalizados por um sistema que os invisibiliza.

O conflito de opiniões entre os envolvidos pareceu bem encaminhado quando uma escrita conjunta foi proposta pelo grupo, mas não teve um bom resultado. O texto — que já estava extenso inicialmente — aumentou ainda mais e ficou muito heterogêneo, cansativo para a leitura. Eu, como responsável pela materialização dessa linha do tempo, me vi em apuros e, durante uma das reuniões em que estava sendo discutido esse assunto, propus uma abordagem que pudesse agradar a todos. Montei rapidamente o esquema mostrado na Figura 7 e apresentei ao grupo. Nele, procurei mostrar o que ambos os envolvidos estavam falando e que,

se quisessem, poderiam colocar suas ideias numa estrutura só, mantendo a ideia de desmascaramento da história popularizada. Para a maioria, a ideia pareceu a contento, mas para os participantes que se situavam nos polos extremos, não foi satisfatória.

Figura 7. Rascunho para possível solução de conflito de opiniões



Fonte: a autora

Esse assunto permaneceu intocado, até ser retomado em outra reunião, quando aproveitei para sugerir a construção de uma planilha compartilhada, na qual poderiam ser feitos os contrapontos de cada visão, complementando se necessário. Também não houve resultado interessante.

Com o passar das reuniões, o assunto não se resolvia e já representava um ponto de estresse e cansaço para os participantes. Em dado momento, foi sugerida a exclusão deste conteúdo para acabar com os conflitos, mas foi lembrado o quanto o grupo trabalhou e se desgastou com o tema. Chegou-se a conclusão que ele não poderia ser simplesmente abandonado e deveria haver mais solidariedade entre nós para valorizar de toda a construção de saberes que acontecia. Ao fim, o texto inicial passou por modificações, mas seguiu o modelo de linha do tempo idealizado primeiramente.

3.3.5 Demandas, divisão de tarefas e prazos

A diversidade de participantes ao longo do processo foi o que permitiu a pluralidade de visões e estratégias do grupo. No início, éramos uma maioria de estudantes, que aos poucos tomaram outros rumos. Chegaram docentes e membros da TECSOL, representantes da pós-graduação da UTFPR e também das outras entidades envolvidas, o CEFURIA e a TECSOL. Propusemos, ainda durante a ocorrência do curso, a ocupação deste espaço de participação por representantes dos empreendimentos econômicos solidários, mas não obtivemos sucesso. Ao fim do projeto, conversamos sobre essa falha na nossa ação, pois deveríamos ter nos empenhado numa maior sensibilização, buscando mais representantes para somar ao processo.

Até a estruturação mais ou menos definitiva de quem participaria do grupo de trabalho, as demandas ficaram soltas, sem divisão de tarefas ou prazos reais a serem cumpridos. A partir de uma das reuniões onde houve a visualização e entendimento das dimensões do trabalho que teríamos, o processo começou a engrenar.

Nesta reunião, nos foi fornecido o programa de conteúdos do curso de forma discriminada, enviado pelo professor Julio, no qual fizemos modificações para construir um roteiro e seguir uma sequência para o manual (APÊNDICE A). Esse roteiro foi utilizado até a criação da planilha de fluxo de trabalho, citada anteriormente.

Durante as reuniões presenciais, me encarreguei de manter este roteiro sendo sempre apresentado a todas e todos, por meio de projeção em tela. A partir de março de 2020, quando o período de isolamento social e trabalho remoto se iniciou nas universidades, começamos a nos reunir de forma virtual pela ferramenta de videoconferência Google Hangouts, e segui apresentando o roteiro agora usando do recurso de compartilhamento em tela durante os encontros.

Enxergar em conjunto os temas sobre os quais deveriam ser feitos os textos deu início a organização mais colaborativa do grupo. Cada tema pontuado no roteiro era discutido e quem se sentisse mais apto a escrevê-lo se prontificava. Esse momento me fez pensar que em outro contexto, não participativo, essa atitude poderia sobrecarregar uma ou poucas pessoas, ou fazer com que alguém se eximisse de responsabilidade pela falta de conhecimento, mas em nosso grupo foi

onde vi claramente o agir cooperativamente da autogestão e do processo participativo. É esperado e se concretiza, sim, que pessoas com maior intimidade com um assunto se sintam mais a vontade e também no dever de falar sobre ele, porém, em nossas reuniões, todas e todos estavam conscientes do propósito do material, e por terem participado do curso que gerou essa demanda, sabiam o começo e o fim desse processo, por isso estávamos juntos construindo e vivenciando o meio.

Usando o roteiro com os temas, as e os participantes escolhiam um ou mais destes, se dedicavam a ele utilizando as memórias do curso e outras referências e apresentavam ao grupo no encontro seguinte, ou incluindo na pasta compartilhada logo que esta foi criada, para que pudéssemos ler e fazer comentários e sugestões antes do próximo encontro. Essa dinâmica foi muito positiva, pois permitia que as opiniões fossem ouvidas e discutidas e o resultado dos textos se apresentava como o reflexo desse fazer democrático.

Porém, a questão de prazos foi um ponto com falhas em nosso planejamento. Nas discussões iniciais a finalização de nosso projeto não tinha uma data definida, mas era sabido que ele fazia parte deste trabalho de conclusão de curso, que segue um calendário próprio da universidade. Como eu não havia estabelecido isso como uma limitação de tempo para o grupo, deixamos essa questão em segundo plano, embora fosse desejável que o material ficasse pronto assim que possível como uma devolutiva às pessoas que já estavam sabendo de sua construção.

Durante as reuniões havia textos que demoravam a se concluir (vide o texto sobre resgate histórico do trabalho no Brasil, descrito anteriormente), e outros que não tinham começado a serem escritos. Os prazos semanais, com —entregas” de um encontro para o seguinte, eram cumpridos em sua maioria, mas o prazo de finalização geral parecia algo distante. Definíamos uma data, mas perto dela ou na mesma, não conseguíamos cumpri-la.

Esta situação mudou quando tivemos a notícia do prazo de envio do arquivo fechado para impressão, pois o CEFURIA precisaria fazer uso da verba para esse fim até uma determinada data. Nós estávamos em junho e o prazo para entrega do arquivo era agosto. Expliquei para o grupo que eu precisaria do prazo de um mês para fazer a diagramação, visto que, assim como todas e todos ali, tinha demandas de trabalho e pessoais, e queria garantir um bom resultado material para nosso

projeto. Houve solidariedade com o que expus e o grupo passou a trabalhar firmemente para a finalização do conteúdo, utilizando não só as reuniões para nossa comunicação, mas também o grupo criado no aplicativo de mensagens Whatsapp.

Durante a finalização dos textos e da estruturação do conteúdo, enquanto incluíamos o nome da autora ou do autor principal ou principais em cada capítulo, tivemos participantes que expressaram a não necessidade de ter seu nome incluído na autoria dos capítulos ou mesmo na do livro. Isso mexeu com o grupo, que reagiu de imediato, e conseguiu demonstrar com palavras de afeto e com o discurso de que as pessoas que participaram do grupo de trabalho se dedicaram muito, seja na escrita, na discussão, ou mesmo no apaziguamento de ânimos quando havia necessidade. A participação e comprometimento foram autores também desse material e, mesmo com um pouco de desgaste trazido do processo autogestionário, a troca que houve entre todos que nos envolvemos foi valiosíssima.

3.3.6 O que o nome diz?

Durante todo esse trabalho utilizei o termo material para me referir ao que foi produzido de forma física nesse processo. A utilização desse termo foi justamente pensada na referência da materialidade resultante do processo, pois é entendido que os aprendizados produzidos durante o processo são imateriais, e também parte dos resultados.

Nomear graficamente este material foi um aprendizado. Na primeira reunião do grupo de trabalho, ainda pequeno, foi proposto o uso do nome *manual*, que para Nogueira, em diálogo com Freire (2014), —propõe um pensamento seguinte: há relação entre o fazer do corpo e o conhecimento”.

(...) a mão humana é tremendamente cultural. Ela é fazedora, ela é sensibilidade, ela é visibilidade; a mão faz proposta, a mão idealiza, a mão pensa e ajeita. E eu faço ênfase nesses movimentos pelos quais o corpo humano vira corpo consciente. O corpo se transforma em corpo percebido. E ele descreve, ele anota que, em sua transformação, a vida social está mudando também. (FREIRE; NOGUEIRA, 2014, p. 53)

O termo manual parecia condizente com um conteúdo que traz um conhecimento que pode ser aplicado na prática, no fazer dos empreendimentos

econômicos solidários. Porém, durante nossas reuniões, chamar o material de manual tinha uma representatividade mínima e, quando houve um questionamento sobre isso, foi explicado que o nome manual parecia transmitir a ideia de que há um caminho definido na gestão dos empreendimentos, onde se deve passar por determinadas etapas para alcançar o sucesso, quase como um “manual de instruções”. Visto que não era esse o objetivo do material, o termo manual deixou de ser usado, e o resultado físico de nosso processo passou a ser chamado apenas de material ou de cartilha.

Cartilha era um nome que causava certo desconforto nas reuniões iniciais, mas depois de entender sua relação com a Economia Solidária, passei a compreender seu uso. No Brasil, uma grande apoiadora do movimento de Economia Solidária é a Cáritas Brasileira, organização-membro da Cáritas Internacional, e organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tem como missão:

testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo e promovendo toda forma de vida e participando da construção solidária da sociedade do Bem Viver, sinal do Reino de Deus, junto com as pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social. (CÁRITAS, 2021).

No dicionário online Michaelis (2021), *cartilha* é definida como —1Livro em que se aprende a ler; carta de á-bê-cê. 2. Tratado elementar de qualquer matéria. 3. (REL) Compêndio de doutrina cristã”. A primeira definição é a que me gerava incômodo, mas ao procurar por materiais de formação no site da Cáritas Brasileira (2021), pude encontrar vários nomeados como *cartilha*, logo, é possível observar como o histórico com essa entidade influencia no uso habitual e bem difundido do termo na Economia Solidária.

O material começou a ser identificado como *livro* quando sua estruturação editorial começou a ser pensada. Blocos, capítulos, e limitações decorrentes da produção gráfica auxiliaram na construção desse ideal. No entanto, as ações de ver e de tocar o livro foram definitivas para que este fosse chamado pelo seu nome.

Aqui incluo também que, quando ainda pensávamos em usar o termo *manual* para o material, havia o adicional de que assunto este iria tratar, portanto, seria um *manual de autogestão*. Na época, pareceu condizente com o contexto, pois o termo gestão soava corporativista, e já que estávamos num ambiente de

Economia Solidária este poderia ser substituído por autogestão. Hoje, após todo o processo autogestionário que vivenciei, compreendo o equívoco e entendo que gestão vem de gerir, administrar, e tanto um empreendimento capitalista quanto um solidário precisa disto para seguir funcionando. Já a autogestão não é algo que pode ser ensinado, é fruto da vivência particular ao contexto e depende do coletivo e do propósito a que se presta.

3.3.7 A linguagem

A problematização da linguagem naturalizada é própria da Economia Solidária e pôde ser experimentada durante o processo de redação colaborativa do material.

O grupo de trabalho estava habituado a escrever segundo as regras formais de publicações acadêmicas, mas entendíamos que não era essa a linguagem a que deveríamos servir. Como já adiantado na Chuva de Ideias, a linguagem deveria ser popular, fazendo uso de palavras simples, sintéticas e pensada na pluralidade de pessoas que teriam acesso a esse conteúdo. Tomando como referência cartilhas, livros e diferentes materiais produzidos por outros coletivos, além da própria vivência do grupo na Economia Solidária, não foram encontradas dificuldades na escrita dialógica, inspirada nas obras de Paulo Freire, mas sim, na sua uniformização.

Buscando alcançar essa uniformidade, discutimos e decidimos pela padronização da redação em alguns pontos, sendo o primeiro deles a não utilização do gênero neutro masculino, tão difundido e considerado forma tradicional e correta na língua portuguesa. Bem, se a maioria de nossa população é de mulheres (IBGE, 2010), e a maioria na Economia Solidária é de trabalhadoras, há que utilizar uma linguagem que nos represente e nos inclua, e que também questione a sociedade machista que invisibiliza a mulher através também da palavra. Debates sobre o uso do artifício da barra, como em *autor/a*, mas achamos que afetaria a leitura, da mesma forma que o uso de símbolos ou letras substituindo marcadores de gênero, como em *amigx*, não é inclusivo para a linguagem falada e afeta softwares de leitura para deficientes visuais, pessoas de baixa visão ou com dislexia (TENENTE, 2016). Assim, optamos por utilizar termos neutros onde não há identificação de gênero, como em lugar de “—paráodos os presentes”, utilizar “—para

todas as pessoas presentes”, ou identificar os gêneros formais, mas incluindo os dois, sendo o feminino colocado primeiramente, como em —~~com~~as trabalhadoras e os trabalhadores”.

Também debatemos sobre a substituição de termos tradicionalmente vinculados ao capitalismo, e que ainda não tem uma alternativa difundida na Economia Solidária. *Lucro*, por exemplo, é a *sobra* ou *partilha*, que é dividida de forma justa com quem trabalhou. Mas e o *marketing*? Para termos como esse, tentamos fazer uma tradução ou usar de sinônimos já usados na língua portuguesa, como, para o caso citado, *comunicação* ou *propaganda*.

Para os nomes de blocos e capítulos, usamos primariamente as designações contidas no programa do curso (Anexo A), mas as identificações genéricas de alguns não serviriam à intenção dialógica do texto. Assim, passamos a refletir sobre como expressar o conteúdo de cada um deles nos títulos e, assim o fizemos durante reuniões ou por aplicativo de mensagens. Dessa forma, títulos como —~~Mat~~emática básica” passaram a se chamar —~~Mat~~emática como parceira da Economia Solidária”, e blocos de capítulos, como este que tratava de cálculos, gestão de custos e despesas, foi intitulado —~~Des~~embaralhando os números no trabalho autogestionário”.

Como esperado de um trabalho escrito a várias mãos, mesmo com a uniformização de linguagem havia a individualidade de cada autora e autor em seus textos. E em certo momento vimos a carência de uma revisão feita por alguém externa ao grupo de trabalho, e que levasse em conta, nesta revisão, todas as particularidades citadas anteriormente. Como não encontramos, nos incumbimos de fazer essa revisão, o que deixou o trabalho ainda mais com “a cara” do coletivo.

3.4 MATERIALIZAÇÃO

Após o fechamento de um dos primeiros textos escritos pelo grupo, que foi inicialmente chamado de Matemática Básica, me comprometi a montar um esboço da diagramação e apresentar no encontro seguinte.

Para isso, não havia pensado a fundo sobre cores e tipografia, mas já tinha o grid mais ou menos estruturado. Sabia que usaria cores vivas, tipografia que lembrasse a escrita à mão e uma configuração que orientasse para um uso facilitado

desse material. Nas figuras 8, 9 e 10 podem-se observar resultados dessa primeira tentativa, com pontos indicando escolhas gráficas que foram analisadas em grupo.

Figura 8. Diagramação preliminar - Abertura de bloco



Fonte: a autora

Na Figura 8, são observadas as escolhas para abertura dos blocos de capítulos. A indicação (a) apresenta a possibilidade do uso de fotos como recurso de ilustração, fotos essas que retratam cenários, produtos ou pessoas ligadas à Rede Mandala, atendendo às falas da Chuva de Ideias. Participantes do grupo de trabalho (GT) aprovaram o recurso e sugeriram o uso de imagens de eventos com parceria da TECSOL. Em (b), há a indicação da tipografia pensada para destaques, a família de uso gratuito “Brasilêro”, por Crystian Cruz. Para a criação dessa fonte, o designer analisou –*eltreiros feitos à mão encontrados em diversas cidades brasileiras, numa tentativa de traduzir o impacto dessa cultura visual popular em uma tipografia digital*” (CRUZ, 2020). Essa escolha pareceu adequada para o projeto por dar visibilidade uma tipografia de origem popular e usada unicamente para sua função, mas que compõe uma estética conhecida nas cidades brasileiras. Os participantes também acharam uma boa escolha, mas houve incômodo com a letra “S” refletida, que poderia causar estranheza e um tom de brincadeira ao conteúdo, posteriormente foi

verificado que esta família apresentava variáveis, a versão refletida ou não. Em (c), há uma pequena introdução ao conteúdo, como um prefácio em cada bloco, que também foi vista como uma boa ideia pelo grupo, mas que traria a demanda de sua escrita para cada bloco.

Figura 9. Diagramação preliminar - Estrutura de capítulo

OPERAÇÕES BÁSICAS

Adição
É a conta de somar. É adicionar algo mais ao que já temos.
Exemplo: $9 + 4 = 13$

Subtração
É a conta de diminuir. É quando tiramos um pouco do total que temos.
Exemplo: $25 - 12 = 13$

Divisão
É a conta de dividir. É quando pegamos o total que temos e repartimos em diversas partes.
Exemplo: $39 / 3 = 13$

Multiplicação
É a conta de "Vezez". É quando aumentamos o que temos de forma mais rápida, em vez de ficar somando várias vezes o mesmo número.
Exemplo: $8 + 8 + 8 + 8 + 8 = 40$
Veja, pegamos o número 8 e somamos ele 5 vezes. Em vez de fazer isso, basta escrever*:
Exemplo: $8 \times 5 = 40$
**Claro que para isso é preciso lembrar a velha tabuada.*

Porcentagem
O que é um cento? São 100 unidades. *Por cento* significa um valor que vamos tirar em cada 100 unidades que temos.
Exemplo 01: Temos 100 pães e precisamos separar 15 por cento. Isso quer dizer que vamos separar 15 pães.
Exemplo 02: Quanto dá 28 por cento de 500? Complicou? Que nada veja como é fácil:
Quantos 100 tem dentro de 500?
Basta dividir 500 por 100 e encontraremos 5.
Então, para formar o número 500 precisamos de 5 vezes o número 100.
E se queremos saber quanto é 28 por cento (28%) de 500, podemos fazer assim: primeiro vamos escrever 5 vezes o 100 e depois vamos tirar 28 de cada 100, ou seja, tirar 28 de cada cento, ou ainda, vamos tirar 28 por cento:
 $100 = 28 \quad 100 = 28 \quad 100 = 28 \quad 100 = 28 \quad 100 = 28$
Como tiramos 28 de cada 100, agora é só somar todos os "28" que temos: $28 + 28 + 28 + 28 + 28 = 130$ ou multiplicar, o 28 aparece 5 vezes, então: $28 \times 5 = 130$
Ou ainda:
Basta pegar o 500 e multiplicar por 28 e depois dividir por 100 (porque estamos tratando de porcentagem):
 $500 \times 28 = 13.000$
Agora, dividimos por 100 e encontraremos 130.

Fonte: a autora.


A Figura 9 exibe um detalhe sugerido por participantes para utilização na barra de título do capítulo, a logo da TECSOL em (d), porém, também foi conversado sobre a participação de outras entidades do projeto, e isto acabaria dando maior visibilidade à incubadora em comparação ao CEFURIA e a Rede Mandala. A indicação (e) traz um recurso para auxílio no uso do material: um retângulo sangrado na lateral externa das páginas que teria uma cor diferente em cada bloco, facilitando a busca por algum conteúdo específico. Este recurso teve uma boa aceitação e foi elogiado pelas pessoas no grupo de trabalho.

Figura 10. Diagramação preliminar - Uso de ilustração

Regra de 3

Usamos a regra de 3 para encontrar valores proporcionais.
Por que chamamos de regra de 3?
Porque sempre teremos 3 valores conhecidos e um que queremos descobrir, que é o nosso famoso "X".

Exemplo: Se eu sei que 1Kg de açúcar custa R\$ 3,50, quanto custará 500g desse mesmo açúcar?



Veja que temos 3 valores conhecidos: o peso (1Kg), o preço desse peso (R\$ 3,50) e o outro peso (500g) que não sabemos quanto custa (que é o "X").

Sabemos que 1Kg é o mesmo que 1.000g.
Montamos a equação desta forma:

$$\begin{array}{l} 1000 = 3,50 \\ 500 = X \end{array}$$

Agora basta multiplicar cruzado, em "X":

$$\begin{array}{l} 1000 = 3,50 \\ 500 \leq X \end{array}$$

$$1000X = 3,5 \times 500$$

$$1000X = 1750$$

(vamos deixar o "X" sozinho do lado de lá da equação. Como o 1000 está multiplicando o "X", ele passa para o outro lado do "=" dividindo).

$$X = 1750/1000$$

$$X = R\$ 1,75 \text{ (que equivale ao preço de 500g de açúcar)}$$

8

Fonte: a autora

Já na Figura 10, no detalhe (f), optei por usar um rascunho do que seria uma ilustração de um pacote de açúcar. Comentei que não tenho habilidades com o desenho e teria que pedir para outra pessoa fazê-lo, então, foi sugerido que fosse usada uma fotografia de algum produto comercializado pelos empreendimentos da rede.

Este esboço foi feito antes que soubéssemos sobre a possibilidade real de impressão. Com ela veio a limitação do número de páginas, então o uso de fotografias e ilustrações teria que ser reduzido, visto que os textos ocupariam o maior espaço do material. Para substituir essas imagens e ainda atender as ideias propostas na Chuva de Ideias, tomei a liberdade de criar um recurso através de elementos simples, como pontos de bordado desenhados à mão, para ornamentar e canalizar a ideia de organização coletiva (Figura 11). Esses pontos, durante a diagramação tomaram as cores de uma paleta reduzida a partir da logo da Rede Mandala (Figura 12) e foram usados organizados como linhas, para traçar caminhos e ligações nas linhas do tempo; ou de forma aleatória, criando texturas como de confetes (Figura 13). A intenção foi simbolizar por meio de pontos as pessoas na Economia Solidária, que podem se organizar como na constituição de associações,

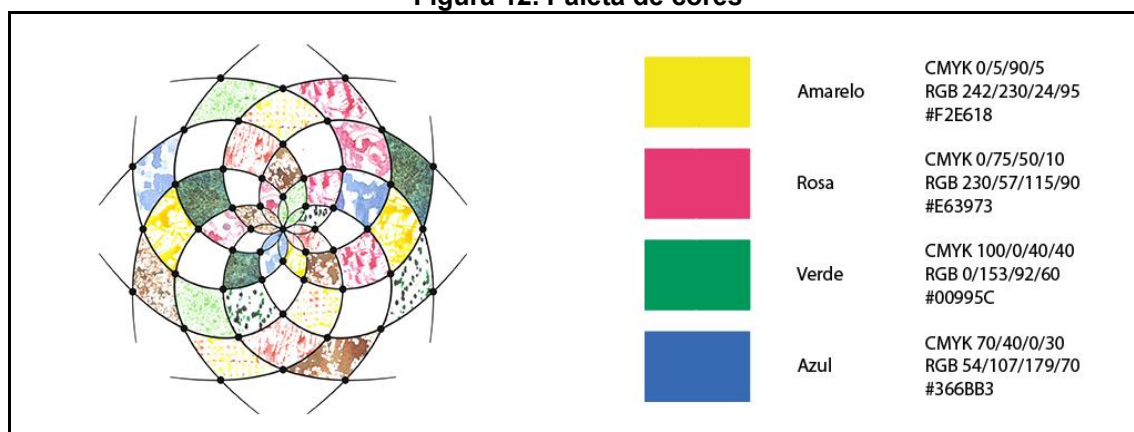
cooperativas, redes, e também montarem seus empreendimentos, que farão parte das mais variadas texturas que constituem a pluralidade da Economia Solidária.

Figura 11. Elementos construídos para recurso gráfico



À esquerda, imagem de referência para criação de elementos utilizados no livro (à direita).
Fonte: à esquerda: Blog Linhas Matizadas¹²; à direita: a autora.

Figura 12. Paleta de cores

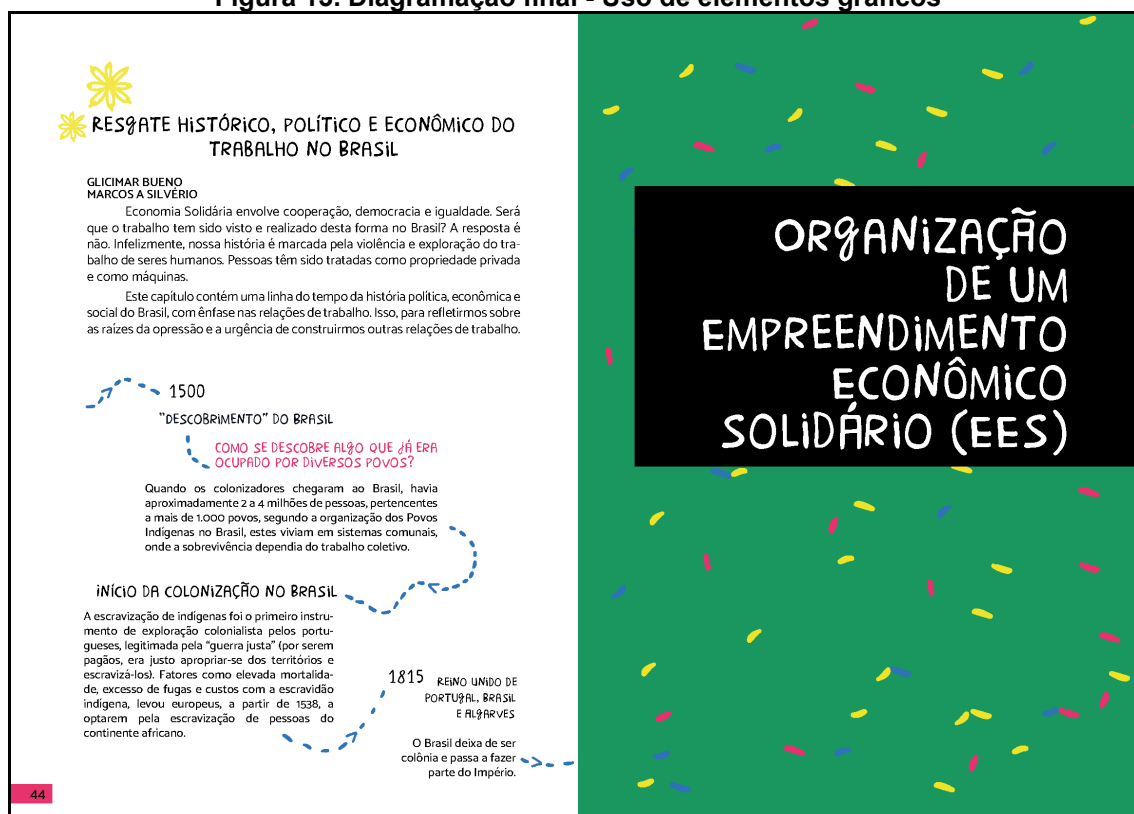


À esquerda, logo da Rede Mandala; à direita, paleta de cores do projeto. Fonte: à esquerda: Rede Mandala¹³; à direita: a autora.

¹² Disponível em: <http://linhasmatizadas.blogspot.com/2014/02/panos-de-prato-com-ponto-alinhavo-ou.html> Acesso em: 10/04/21

¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/redemandalapr/> Acesso em: 10/04/21

Figura 13. Diagramação final - Uso de elementos gráficos



À esquerda, elemento ponto usado de forma organizada, em linha; à direita, de forma aleatória, criando textura. Fonte: a autora.

Para a linha do tempo da história da organização política da Economia Solidária no Brasil foi utilizada uma representação de varal, como citado anteriormente. Nele, os eventos foram representados em —caízes” presos por —grampos” a um fio, assim como seu ano de ocorrência, com a descrição posicionada abaixo deste (Figura 14, à esquerda). Já para ilustrar um exemplo matemático, foi utilizada a fotografia de um produto comercializado pela Central das Cooperativas de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidária (Copasol), que integra a Rede Mandala (Figura 14, à direita).


Figura 14. Diagramação final - Aplicação de sugestões de participantes

HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

MARILENE ZAZULA BEATRIZ


Segundo Singer (2014), que foi Secretário Nacional de Economia Solidária entre os anos de 2003 a 2016, passando os Governos Presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, a Economia Solidária surge no Brasil com esta denominação nas décadas de 80 a 90 do século passado, por conta de uma ampla e profunda crise econômica e social deflagrada pela Crise do Petróleo de 1974 e de 1979. Tal crise acarretou alto índice de desemprego especialmente para a população menos favorecida, apresentando como principais características: baixa escolaridade, baixa ou nenhuma qualificação profissional, faixa etária acima de 40 anos, com poucas perspectivas de recolocação profissional ou em subempregos.

Abaixo, apresentamos uma linha do tempo para que seja possível visualizar o desenvolvimento da política pública de economia solidária no Brasil.



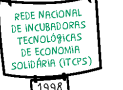
1980
CÍRITAS DO BRASIL

A Cáritas do Brasil, por meio dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), iniciaram um intenso trabalho de mobilização com o objetivo de gerar trabalho e renda de forma ASSOCIATIVISTA.



1986
UNIVERSIDADES PÚBLICAS EX-UNIFESP

Originárias de movimentos de resistência, os quais se identificaram com os processos de organização de trabalhadoras e trabalhadores em coletivos autogestionários propostos pelo cooperativismo e pela Economia Solidária tendo seus trabalhos redirecionados.



1998
REDE NACIONAL DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (ITCPS)

Objetivo principal: desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária.

Como tiramos 26 de cada 100, agora é só somar todos os "26" que temos:

$$26+26+26+26+26= 130$$

ou multiplicar. O 26 aparece 5 vezes, então:

$$26 \times 5 = 130$$

Ou ainda:

Basta pegar o 500 e multiplicar por 26 e depois dividir por 100 (porque estamos tratando de porcentagem):

$$\begin{array}{r} 500 \\ \times 26 \\ \hline 13.000 \end{array}$$

Agora dividimos por 100 e encontraremos 130.

REGRA DE 3

Usamos a regra de 3 para encontrar valores proporcionais. Por que chamamos de regra de 3? Porque sempre teremos 3 valores conhecidos e um que queremos descobrir, que é o nosso famoso "X".

Se eu sei que 1Kg de arroz custa ● 3,50, quanto custará 500g desse mesmo arroz?

Veja que temos 3 valores conhecidos: o peso (1 Kg), o preço desse peso (● 3,50) e o outro peso (500 g) que não sabemos quanto custa (que é o "X").

Sabemos que 1Kg é o mesmo que 1.000g

Montamos a equação desta forma:

$$\begin{array}{l} 1000 \text{ --- } 3,50 \\ 500 \text{ --- } X \end{array}$$

Agora basta multiplicar em "X":

$$\begin{array}{l} 1000 \text{ --- } 3,50 \\ 500 \text{ --- } X \\ 1000X = 3,5 \times 500 \\ 1000X = 1750 \end{array}$$

(vamos deixar o "X" sozinho do lado de lá da equação. Como o 1000 está multiplicando o "X", ele passa para o outro lado do "=" dividindo)

$$X = \frac{1750}{1000} \quad X = \bullet 1,75$$

(que equivale ao preço de 500g de arroz)

51

87

À esquerda, utilização de varal como linguagem para linha do tempo; à direita, uso de imagem de produto da Economia Solidária como ilustração. Fonte: a autora.

A capa foi a última parte material construída no projeto. Nela estariam indicados autores, título e alguma arte ilustrativa. Sobre a definição de autoria do livro, conversamos sobre utilizar o nome de alguns participantes do processo, como organizadores representantes das três entidades envolvidas, mas ao discutir sobre reconhecemos que foi um projeto autogestionário, onde todas e todos se envolveram e não seria fiel ao processo indicar apenas parte dos nomes como organizadores. Decidimos então, incluir na autoria os nomes das dez pessoas que participaram e se envolveram ativamente no projeto, sem organizadores ou compiladores. Porém, ao enviar para a gráfica selecionada pelo CEFURIA para impressão dos livros, que ficou responsabilizada de montar a ficha catalográfica e cadastro ISBN, o CEFURIA ficou cadastrado como organizador da obra. No momento de escrita deste trabalho, os participantes ainda pretendem fazer a mudança do ocorrido para cadastro dos dez autores.

Sobre o título, a decisão foi feita por meio de votação de ideias trazidas por participantes do grupo de trabalho, e —“Estão Compartilhada para Empreendimentos Econômicos Solidários” foi a escolhida.

Para a arte da capa, convidei para a construção Rayane Souza Costa, colaboradora no CEFURIA e ex-bolsista da TECSOL, na qual desenvolveu, entre outras tantas atividades, vários materiais gráficos, incluindo o certificado do curso de gestão sobre o qual o livro se apoia, porém, devido a outras demandas, não pode contribuir nesse momento. Dito isso, utilizei dos elementos que havia criado (pontos e paleta) para montar uma capa simples (Figura 15, à esquerda) para nosso projeto, a qual foi aprovada pelo grupo.

A diagramação foi finalizada e o arquivo fechado enviado para Maria Teresinha Ritzmann, coordenadora técnica do Projeto Rede Mandala no CEFURIA, que fez a ponte com o gestor encarregado da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva, órgão financiador do projeto. Por ela foram feitos apontamentos quanto a correções na régua com as logos das entidades envolvidas no apoio e realização do projeto. Há uma hierarquia a ser respeitada à risca nesses tipos de obra, por conta disso, as logos das entidades de apoio e do CEFURIA ficaram pequenas, mas adequadas ao modelo aceito pela financiadora (Figura 15, à direita).

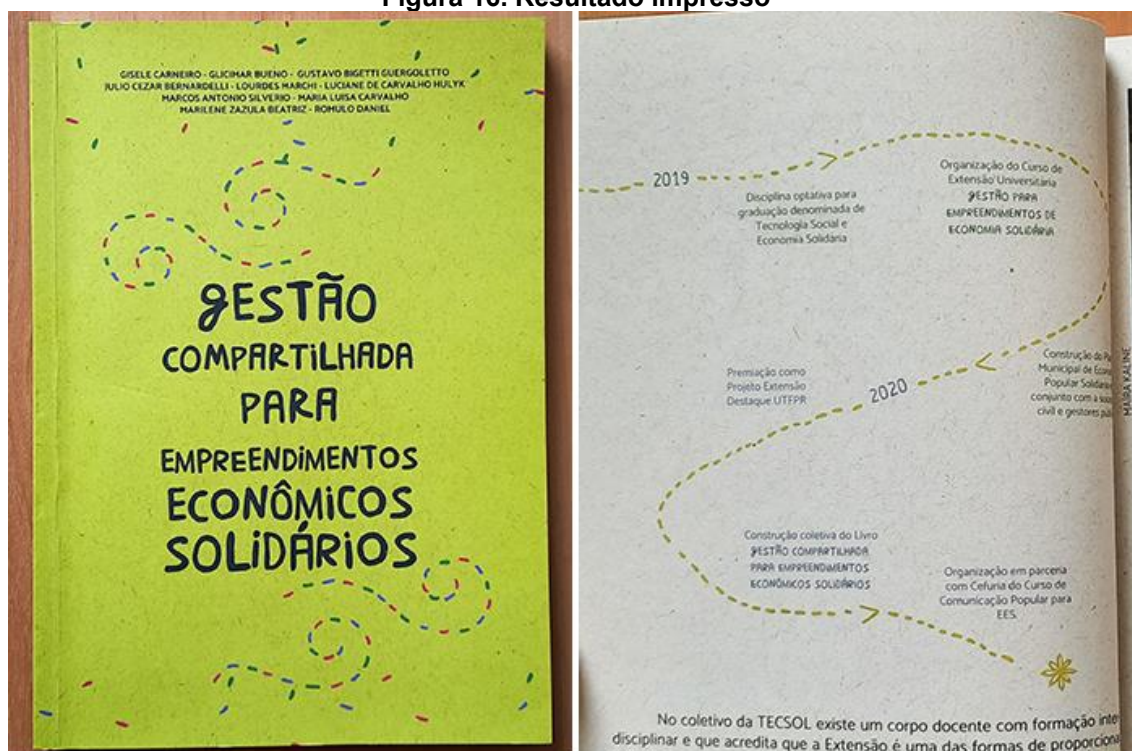
Figura 15. Diagramação final - Capa e quarta capa do livro



À esquerda, capa do livro; à direita, quarta capa, indicando entidades de apoio e realização do Curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários. Fonte: a autora.

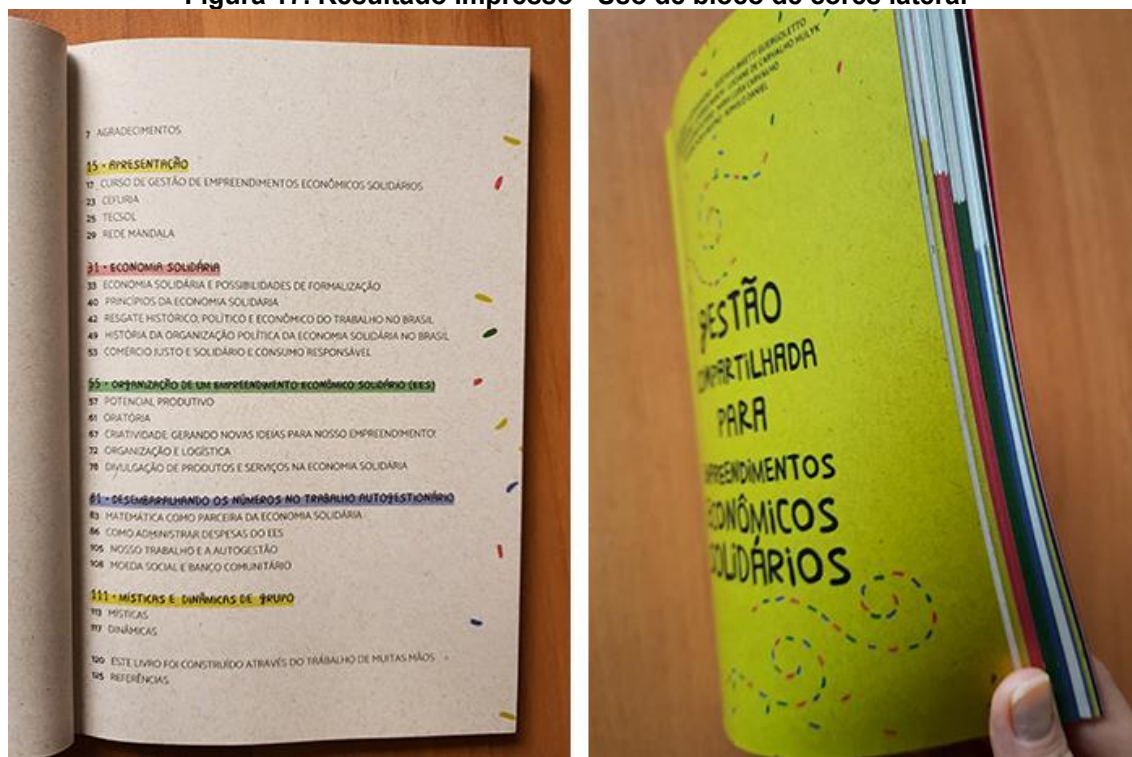
Em novembro de 2020, os livros impressos foram entregues ao CEFURIA, e pudemos ver o resultado material de nosso projeto. Como não houve a possibilidade de impressão de prova, há detalhes que não foram previstos no momento da diagramação, ou no momento de conversa com Maria Teresinha – o que foi uma falha, pois poderia ter me comunicado melhor com ela para não ter tido esse tipo de surpresa. O papel utilizado para impressão, diferente do subentendido como branco inicialmente, foi o *reciclato*, levemente escuro por conter fibras de papel reciclado, e isso refletiu nas cores que eram muito vivas em telas, mas ficaram escuras no impresso (Figura 16). O recurso de retângulo na borda sangrado funcionou no impresso, e pôde auxiliar na facilitação da consulta por blocos específicos no material (Figura 17).

Figura 16. Resultado impresso



À esquerda, capa impressa; à direita, detalhe para cores escuras no papel. Fonte: a autora

Figura 17. Resultado impresso - Uso de bloco de cores lateral



À esquerda, índice com detalhe de cor à cada bloco; à direita, resultado do uso de retângulo sangrado na lateral das páginas. Fonte: a autora

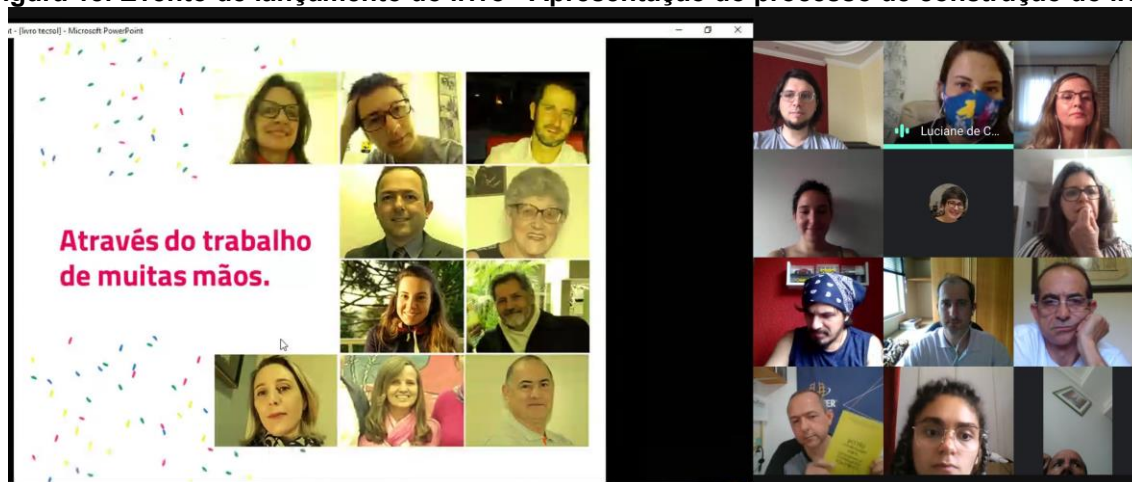
3.4.1 Lançamento

Em épocas de pandemia, a distribuição dos exemplares não pôde ser incluída num evento presencial, com isso, dos 150 impressos, cada autor recebeu ao menos uma unidade e ainda houve encaminhamento para as pessoas que participaram do curso e para organizações posteriormente definidas.

Como uma das decisões iniciais, o livro seria distribuído livremente em formato digital com a intenção de alcançar o máximo de pessoas possível. Para que esse compartilhamento fosse iniciado, nós decidimos por fazer um evento online.

Nos reunimos para planejar como seria o evento e decidimos por fazê-lo dia 15 de dezembro, data simbólica por se tratar do dia nacional da Economia Solidária. Estruturamos um roteiro (APÊNDICE B) e previmos que para o lançamento do livro utilizaríamos a plataforma de videoconferência Google Meet, para o qual seria feito um processo de inscrição utilizando formulário online e envio do link de participação para as pessoas inscritas. No dia, este roteiro foi seguido para a ordem de falas, apresentações e comentários sobre o curso de gestão e o livro. Em meu momento de fala (Figura 18), apresentei o processo participativo que levou a materialização do livro e disponibilizei o link para compartilhamento livre do livro¹⁴.

Figura 18. Evento de lançamento do livro - Apresentação do processo de construção do livro



Fonte: Captura de tela feita por Frederick van Amstel

¹⁴ O livro pode ser acessado através do link disponibilizado na página do CEFURIA: <http://www.cefuria.org.br/2020/12/15/cefuria-e-tecsol-publicam-livro-gestao-compartilhada-para-empreendimentos-economicos-solidarios/> Acesso em 01/05/21

Neste dia, pude me atentar à percepção das pessoas ao resultado desse processo. Foi um momento muito especial, que contou com depoimentos emocionados de pessoas que participaram do curso e aplicavam o conhecimento compartilhado nele em seus empreendimentos, e também com a fala de muitas de nós que participaram no fazer do livro. Foi inspirador refletir sobre como estes saberes serão trocados com outras pessoas, como irão auxiliá-las em seus trabalhos, em seu crescimento pessoal, no fortalecimento dos elos entre os coletivos através de uma gestão apropriada com o conteúdo apreendido no curso e, agora, também do livro, resultado de um processo onde aprendemos sobre as possibilidades do trabalho autogestionário.

3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO PARTICIPATIVO

Pode-se dizer que o projeto participativo aqui descrito contou com a imersão de quem pôde somar-se a ele, com o constante reconhecimento da demanda que ele trazia e com a doação do tempo e da troca de experiências entre participantes, sendo um trabalho desafiador.

Foi um exercício de humildade tentar entender a aplicação dos princípios da Economia Solidária na prática das e dos participantes no grupo. Meu olhar continha lentes que não enxergavam em que momento o design teria espaço para se apresentar e ser usado de forma pura no processo. Ser humilde e estar aberta às ações e viver atos de conhecimento (FREIRE; NOGUEIRA, 2014) em coletivo foi fundamental para aproveitar esta experiência, que para a designer moldada a processos convencionalmente estabelecidos, contando com pessoas especialistas no processo de design envolvidas nele, foi como experimentar enxergar com novas lentes.

A minha visão inicial, de que cada área de conhecimento estaria setorizada e seria trabalhada de forma isolada não se concretizou. De um começo observador, pouco opinante e até frustrante, houve a evolução para um papel mais dialogado, com a consciência da necessidade das sugestões e espaço a ser ocupado, visto que eu não teria apenas a função de desenhar a materialidade do processo, mas de trazer meus conhecimentos para as trocas. Eu deveria assumir essa responsabilidade do agir coletivamente, onde cada pessoa dá um pouco de si para o

crescimento de todos. Transitamos entre o educar e o apreender em variados momentos durante um processo que dependia dessa participação para continuar funcionando. Por conter tão intrinsecamente conceitos da educação popular, o diálogo e a prática democrática – princípios que se pautam no avanço para uma Pedagogia da Autogestão (PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p.67) - o design participativo pareceu ocorrer a todo o momento e foi alimentado pelo coletivo. Sobre o processo de criação, De Sylvio destaca que:

(...) essa criação coletiva não se restringe apenas à parte de desenvolvimento das materialidades em si, ela é uma constante no processo como um todo, até mesmo na construção do processo em si. As tomadas de decisões em relação à configuração do processo também é feita coletivamente, o processo é —desenhado” pelo e no coletivo. (DE SYLVIO, 2018, p. 71)

Utilizar, como parte da metodologia, alguma dinâmica ou atividade para estimular a participação e mensurá-la não foi algo delimitado, ou necessário. Pode-se assumir que as práticas na Economia Solidária são participatórias por definição, logo, o design feito num contexto autogestionário é, naturalmente, participativo.

3.5.1 Percepção de participantes sobre a postura da designer no processo

Como dito anteriormente, procurei ser mais atuante no coletivo à medida que percebi a emergência da necessidade do compartilhar e do colaborar para o propósito a que nos dispusemos. Pensando em como esta postura foi avaliada por companheiras e companheiros de trabalho, exponho aqui algumas de suas percepções¹⁵.

¹⁵ Depoimentos enviados por aplicativo de mensagens em resposta às perguntas —Você acha que a presença de uma designer fez diferença no grupo de trabalho?”; —Que achou da minha postura?”; —Em algum exemplo de troca que foi positiva para o grupo e que envolveu o design?”. O uso das respostas e a identificação de cada participante foi previamente autorizado.

—(.) Foi um processo muito rico de construção e que envolveu muitas pessoas dedicadas na tarefa de produzir um material de qualidade. A design Luciane se envolveu em todas as reuniões, deu valiosas contribuições e a sua participação enriqueceu muito todo o processo. O resultado final do livro foi maravilhoso. Eu particularmente, nunca vi um livro tão bonito, fiquei encantada, é muita competência!” (Gisele Carneiro, membro do CEFURIA)

—Arte de escrever um livro a várias mãos é gratificante e motivador. Mas a beleza da obra em seu conjunto final foi conseguida graças a percepção e a sensibilidade de uma designer que engrandeceu o grupo de trabalho. A distribuição de imagens e textos de forma harmoniosa e precisa deu leveza à obra e uma agradável percepção aos olhos de quem lê. Gratidão, é o que devemos a essa profissional de designer que, sem imposição, orientou os autores e mostrou possibilidades que somente um olhar apurado e comprometido poderia vislumbrar.” (Julio Cezar Bernardelli, professor voluntário no Curso Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários)

—(.)Você trouxe equilíbrio na mediação das discussões. Propôs caminhos possíveis quando demais co-autores nem viam saídas. O que era vivência para uns, anotações para outros, com a sua competência profissional e habilidades pessoais foram transformadas em uma obra literária. Dos princípios básicos da Economia Solidária que mais prezo, você já traz em seu comportamento e pratica com maestria: cooperação, autogestão e acolhimento solidário. O resultado gráfico trouxe soluções criativas e adequadas. O livro, físico ou virtual, representa e fortalece o orgulho e o pertencimento para trabalhadoras e trabalhadores, ficamos com a marca de sua jornada pessoal e profissional. (...)” (Romulo Daniel, membro da TECSOL)

—Apresença de uma designer gráfica foi fundamental, pois ninguém do coletivo possuía esse conhecimento. O trabalho da Designer possibilitou que o conteúdo do livro ficasse mais bonito, atrativo, compreensível, organizado. Também me lembro de pelo menos duas vezes em que o conhecimento da designer possibilitou encontrar uma solução ótima para resolução de conflitos referentes ao limite das páginas: assim, ao invés de apenas "cortar" partes que seriam importantes ou gerar algum mal-estar para o/a autor/a que seria afetado, conseguiu-se manter o conteúdo integral, por meio do design gráfico. Quanto a postura de Luciane, começou um pouco mais "observando", percebendo e compreendendo como se daria o processo. Gradativamente, a medida que também sentiu-se parte do coletivo, teve uma postura ativa. Admiro a paciência que teve com o grande número de reuniões, discussões longas que fazem parte de um processo autogestionário. Foi extremamente comprometida com o processo, com a qualidade do seu trabalho e com o coletivo. Só tenho a agradecer, pois o livro não seria o mesmo sem você e fico muito feliz e até emocionada quando ouço seus relatos sobre como também foi significativo para você esse trabalho.” (Maria Luisa Carvalho, docente membro da TECSOL)

—1Acredito que o conhecimento de design contribuiu quase que de forma exclusiva na construção do trabalho tendo uma enorme diferença. 2. A acadêmica Luciane teve uma postura admirável, ouvindo, entendendo e sugerindo sempre a melhor construção do livro, entendendo a proposta autogestionária. 3. São vários exemplos, mas a combinação de cores, figuras e letras enriqueceu o livro gerando para os participantes um novo saber.” (Marcos Antônio Silverio, docente membro da TECSOL)

—Entendemos que a Economia Solidária é interdisciplinar, então todos os conhecimentos que estão armazenados nas —caixas” da universidade materializados em cursos de graduação são muito bem-vindos à Ecosol, e Design não é diferente. A sua postura, Luciane, enquanto pessoa, foi fundamental para nós durante a construção do livro. Estar dentro do grupo, e ao mesmo tempo estar fora pode contribuir com muitas ideias, sugestões, e até, em alguns momentos, ajudou a administrar alguns conflitos que surgiram entre os membros. Você, enquanto profissional, soube apreender o trabalho de forma autogestionária democrática, conseguiu colocar seu conhecimento a serviço da Ecosol de forma amorosa e tranquila. Ouviu e foi ouvida. A área de design gráfico nos ajudou a compreender o quanto pode contribuir para materializar ideias, pensamentos, mas, acima de tudo, os princípios da Economia Solidária.” (Marilene Zazula Beatriz, docente membro da TECSOL)

—Confesso que foi a primeira vez que participei da criação de um livro de forma coletiva e autogestionária. Foi uma experiência muito singular e enriquecedora. No entanto, um dos fatores que mais me chamou a atenção foi de fato a participação de uma designer no projeto. Quando eu passei a integrar a equipe de autores não demorou muito para eu perceber a sua importância naquele projeto. Aliás, foi uma das idealizadoras junto com outros membros da TECSOL. Desde a idealização dos capítulos – estruturação, junção etc. - até a definição da forma como estes seriam apresentados no livro, a sua influência no processo foi crucial para o resultado alcançado. Luciane, entre diversos outros feitos, sua participação tornou o projeto do livro mais focado no público beneficiário do material. A todo momento, as ponderações por você realizadas colocavam o grupo novamente no propósito do livro. Os esquemas, as estruturas criadas para tornar o material mais leve e de uma leitura mais agradável, foram praticamente todas sugestões suas. Quando surgiam sugestões por parte do grupo, você habilmente ajudava a moldar essas sugestões, de forma que não houvesse uma poluição gráfica, seja em cores ou informações ao longo dos capítulos. A sistematização das cores, o —pa” delas nas páginas impressas, tudo isso foram para mim aprendizado, que nunca eu teria levado em conta na elaboração do material. Por essas e outras diversas razões vivenciadas ao longo da produção do material, eu te parabeno Luciane. Sua capacidade no trato com as especificidades do design, sua sensibilidade em captar e traduzir todas aquelas ideias e anseios do grupo durante as reuniões, sem dúvidas me fizeram enxergar com outros olhos tanto a profissão de design quanto a profissional que você é. Desde já parabeno você pela obra e agradeço pelo aprendizado que você gentilmente compartilhou conosco nas reuniões de escrita do livro.” (Gustavo Bigetti Guergoletto, membro da TECSOL)

A partir delas é plausível a conclusão de que o trabalho da designer foi percebido dentro do coletivo como fazedora de materialidades, mas também houve

a transformação na visão das e dos participantes sobre o escopo da profissão. O fazer design parece ter ganhado um novo sentido para todas e todos que participaram do projeto – inclusive a própria designer.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DA DESIGNER EM UM PROJETO EDITORIAL PARTICIPATIVO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

É inegável o papel do design na construção de bens, serviços e representatividade na História, o que demonstra que os produtos do design refletem a consciência social de quem o projeta. Portanto, ao projetar, a designer deverá conseguir posicionar seu trabalho ou como reforçador de um sistema que gera desigualdade ou como meio de transformação da realidade a que estamos todos submetidos.

No entanto, superar a condição de reprodutora de discursos alheios, não condizentes aos seus é um exercício de questionamento da prática. É preciso assumir uma postura crítica ao próprio trabalho: ser designer pensante. Sobre isso, Cardoso (2016) aponta:

Que ingenuidade imaginar que pudesse ser acertado um modelo de fabricação em que o pensamento sobre forma, aparência e usabilidade estivesse divorciado, em qualquer grau, da concepção estrutural, operacional e produtiva do artefato! (CARDOSO, 2016, p.240)

O design feito apenas pelo apelo estético pode parecer se isentar dos extremos —“forçador-transformador”, mas é descartável, e mantém as engrenagens de um sistema consumista rodando. Logo, continua servindo ao extremo que oprime. Usar da habilidade de gerar inúmeras soluções para os problemas que se mostram a nós deve fazer parte deste questionamento crítico e ao gerá-las devemos nos perguntar, como trabalhadoras, se estão demonstrando nossa consciência social.

A experiência acadêmica no curso de Design Gráfico, quando focada no campo profissional, muitas vezes nos nega enxergar os inúmeros campos de atuação que temos, e nos vemos destinadas a servir este extremo que oprime.

A tarefa principal do ensino superior não é qualificar o trabalhador para ser mão de obra substituível, mas antes, formar uma classe de trabalhadores capazes de pensar com autonomia sobre o trabalho que exercem. Já que as faculdades não visam, de modo geral, estimular em seus alunos liberdade e originalidade de pensamento, é necessário que o aluno busque esses valores em outras instâncias. Eles estão disponíveis nas manifestações que geralmente descrevemos como cultura e conhecimento, no senso comum dessas palavras (CARDOSO, 2016, p. 251)

Como pontua Cardoso (2016), a academia carrega esta característica imparcial, mas acaba por se distanciar das necessidades de uma sociedade que urge por transformação, dessa forma, a designer que reconhece sua prática como consciente pode encontrar conflitos, e sua ação pode não parecer plena num sistema de empreendimentos capitalistas. Então, é preciso buscar por alternativas a esse meio, de maneira a atender também a uma maior satisfação no campo humano e cidadão.

Dessa forma, a Economia Solidária encontra-se como um campo de atuação possível para a profissional, por encorajar uma prática transformadora da realidade das trabalhadoras e trabalhadores que a vivenciam.

Como designer, ser parte de um projeto onde a participação e a valorização do coletivo são essenciais trouxe questionamentos às oposições de ordem e fluxo de trabalho pré-estabelecidos na prática da designer. Dentro de um espaço solidário, que vê o ser humano, sua dignidade e seu bem-estar sempre em primeiro lugar, não há lugar para que a função humana do objeto seja posta como secundária, e por isso, sua voz deve ser ouvida e entendida.

Se o proposto dentro dos processos emancipatórios seja a luta pelo direito a voz e de uma autonomia coletiva, a atividade criativa e comunicativa também se deve desenvolver coletivamente, e pode fazer originar uma voz coletiva. (DE SYLVIO, 2018, p.71)

A designer que se propõe participar de um projeto autogestionário, como ressalta De Sylvio (2018), deve estar aberta à criação coletiva, e se incluir como parte desta. Dentro do espaço da Economia Solidária não há setorização e as discussões se pautam na troca de saberes, experiências e argumentações. A designer especialista irá contribuir nessas trocas, educando sobre o design e também será educanda dos valores e princípios desse espaço.

E os conhecimentos que o design traz para um processo autogestionário vão além do saber operar programas ou utilizar ferramentas digitais. Estas funções já foram absorvidas pelo cotidiano, dada a infraestrutura da era tecnológica, e podem ser usadas e aprendidas por quem tem acesso à internet e um pouco de intimidade com a tecnologia. Já o pensamento sistêmico é algo próprio do design, pois —considera os problemas de modo integrado e comunicante” (CARDOSO, 2016, p. 243). Isso auxilia a procurar e gerar alternativas para solucionar um problema. Na indústria, isso aponta para a compreensão da função de todas as etapas do processo, mas nem sempre do operacional de cada etapa. Na autogestão, as pessoas estão envolvidas em todas as etapas, problematizando e propondo decisões em todo o processo. Nesse contexto, a designer precisa se despir das ideias de setorização do conhecimento, ouvir, opinar, ponderar e criar coletivamente.

—(.) é preciso não esquecer uma coisa: educação popular e mudança social andam juntas. Essa educação renovada transforma não apenas os métodos de educar. Transforma as pessoas que são educadas em uma sociedade em transformação (...). Essas pessoas se consideram em atos de conhecimentos em todo lugar onde estão: na rua, na fábrica, no passeio e nas igrejas. Ora... é uma visão ativa e criativa do conhecimento”. (FREIRE; NOGUEIRA, 2014, p.86)

Retomando a citação de Freire e Nogueira (2014), considero ter vivido, durante o projeto editorial participativo relatado, inúmeros atos de conhecimento e um processo de transformação social. Cheguei a ele como uma estudante limitada pelas possibilidades apresentadas pela academia, sem perspectiva de atuação no contexto de competição capitalista, que vê colegas de profissão como adversárias em busca do servir a outros níveis de competição. Durante esta jornada, me vi, por vezes, em conflito com a prática da autogestão, visto que as metodologias mais célebres do design apontam para a especialização de seus atores, e estar em um ambiente não hierarquizado tornou imprescindível a participação ativa de quem pretende se envolver. Na Economia Solidária, entendi que a metodologia do design participativo é facilmente aplicada na rotina do fazer solidário, não sendo uma iniciativa inovadora dentro deste contexto, mas sim reconhecida como prática de cooperação e autogestão. Com o fazer solidário reconheci a educação popular, e me entendi como educadora e educanda; compreendi que em minhas ações e em minhas experiências há saber e ele é compartilhado com o coletivo da mesma forma

que absorvo saberes de quem faz parte deste coletivo. Exercitei o olhar que vê o outro como ingênuo ao acreditar na utopia da concretização de uma economia justa e solidária e abri os olhos para essa possibilidade também. E saio deste processo enxergando uma profissional solidária, que vê em sua atuação o espaço para o questionamento a uma realidade opressora e passível de transformação.

Dito isso, e a partir de considerações sobre o processo descrito nesse trabalho, pode-se concluir que a metodologia inicialmente proposta para o projeto editorial, a do design participativo, não acolhe a construção de saberes coletiva que ocorre em uma produção pautada pela autogestão. Em um processo direcionado para uma participação controlada há barreiras que impedem as incontáveis trocas possíveis entre pessoas que se veem como protagonistas da produção de conhecimento. Atos de conhecimento são freados pelo bem do processo de design. Num processo firmado na autogestão, o diálogo arranja e estabelece os ciclos de produção de saber. Enquanto há a partilha de um saber, há também sua apreensão e/ ou ressignificação e este ciclo é temporalizado pelas próprias pessoas incluídas nele, não estando submetido ao tempo destinado apenas à questão do design. O processo deste trabalho subverteu princípios do design participativo e poderá ter sido, na verdade, manifestação de uma possível nova metodologia, o design autogestionário. Dessa forma, incentivo a realização de futuras pesquisas que possam corroborar essa visão, e cooperar para o fortalecimento de métodos de design orientados à transformação social e focados em contextos autogestionários, como o da Economia Solidária.

REFERÊNCIAS

ADOBE. **O que é um PDF? Portable Document Format**. 2021. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/pt/pt/acrobat/about-adobe-pdf.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRAGA, Marcos da Costa. Introdução. In: BRAGA, Marcos da Costa (org.). **O papel social do design gráfico: história, conceitos & atuação profissional**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011. p. 9-24.

BRASIL - Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Solidária: Outra Economia Acontece**: Cartilha da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social. Brasília: MTE/SENAES/FBES, 2006.

CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

CÁRITAS. **Missão**. 2021. Disponível em: <http://caritas.org.br/missao>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CARNEIRO, Gisele. Curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CEFURIA (Curitiba) (org.). **Gestão Compartilhada para Empreendimentos Econômicos Solidários**. Curitiba: Cefuria, 2020. p. 17-22.

CEFURIA. Rede Mandala: **Fortalecendo a economia solidária do campo e da cidade**. 2018. Disponível em: <http://www.cefuria.org.br/2018/07/18/rede-mandala-fortalecendo-a-economia-solidaria-do-campo-e-da-cidade/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade**: A dinâmica da Economia Solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006. 343 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Aplicada, Unicamp, Campinas, 2006.

CRUZ, Crystian. **Brasilêro**. 2020. Disponível em: <https://crystiancruz.myportfolio.com/brasileiro>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CURTIS, Maria do Carmo. A dimensão social do design gráfico no construtivismo. In: BRAGA, Marcos da Costa (org.). **O papel social do design gráfico: história,**

conceitos & atuação profissional. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011. p. 25-44.

DE SYLVIO, Helena Cantão. **Design, economia solidária e tecnologia social: introdução a processos de design emancipatório**. 2018. 87 f. TCC (Graduação) - Curso de Design, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

EHN, Pelle. Participation in Design Things. **Pdc '08: Participatory Design Conference**, Bloomington, p. 92-101, out. 2008.

FERNANDES, Laura Caroline Dias. **Projeto de livro com crianças e para crianças: uma abordagem do design participativo**. 2018. 194 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Design, Departamento de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FUJITA, Renata M. L.; SENNE, Lara L. B. de. Contribuições metodológicas de processos colaborativos e participativos do design para a economia solidária. **Datjournal**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 116-128, maio 2019.

IBGE. **Sinopse Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes de Colaboração Solidária**. 2005. Encontro Internacional de Ecônomas Salesianas, Sevilha. Disponível em: http://euclidesmance.net/docs/A_Revolucao_das_Redde_de_Colaboracao_Solidaria.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

MELARA, Fabiana. **Dimensão da gestão participativa: estudo de caso do modelo utilizado pela semco**. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Faculdade Meridional, Passo Fundo, 2016.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/>. Acesso em: 10 abr. 2021

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**: Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), São Paulo, v. 1, n. 8, p. 53-64, 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18912>. Acesso em: 10 abr. 2021.

PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 5., 2012, Luziânia. **Relatório final**. Luziânia: Coordenação Executiva do Fbes, 2012. 156 p.

REDIG, Joaquim. Design: responsabilidade social no horário do expediente. In: BRAGA, Marcos da Costa (org.). **O papel social do design gráfico**: história, conceitos & atuação profissional. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011. p. 87-114.

SANDERS, Elizabeth B.-N.; STAPPERS, Pieter Jan. Co-creation and the new landscapes of design. **Codesign**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 5-18, mar. 2008. Lima 1996

SILVA, Cecília Cordeiro da. **Desenvolvimento de Jogos Digitais para Educação Alimentar e Nutricional utilizando Educação Popular e Design Participativo**. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Computação, Centro de Informática, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPINUZZI, Clay. The Methodology of Participatory Design. **Technical Communication**, Washington, v. 52, n. 2, p.163-174, maio 2005.

TENENTE, Luiza. **Escrever 'todxs' ou 'amig@s' atrapalha softwares de leitura, dizem cegos**. 2016. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/escrever-todxs-ou-amigs-prejudica-softwares-de-leitura-dizem-cegos.ghtml>. Acesso em: 18 mai. 2020.

APÊNDICE A - Roteiro de construção de conteúdo

Manual de gestão (repensar o título)¹⁶

**Baseado no curso de extensão ECOSOL
Próxima reunião xx/xx, às xxhxx, por Hangouts**

Apresentação do Manual

- O curso de gestão empreendimentos solidários
- Apresentação da TECSOL
- Apresentação da Rede Mandala
- Como esse manual foi construído
- Para quem esse manual se destina
- Resumo dos Módulos
- Nota sobre a moeda social utilizada nos exemplos
- Palavras de motivação

Módulo A – Introdução à Economia Solidária

- A história do trabalho antes da Economia Solidária
- A história da Economia Solidária
- Princípios da Economia Solidária - Autogestão, Cooperação, Solidariedade e Distribuição de Riquezas, entre outros.
- Identificando o Consumo Justo, Responsável e Solidário
- Moeda social e bancos comunitários

Módulo 01 – Oratória Básica

- Como contar sua história
- Atendimento ao cliente
- Valorizando seu produto
- Fazendo seu Marketing pessoal

Módulo 02 – Matemática Básica

- Introdução a matemática
- Operações elementares (Adição, subtração, multiplicação e divisão)
- Porcentagem
- Custo fixo e variável
- Como determinar o preço do seu produto. Fator de correção de alimentos.
- Elaboração de planilhas para controles financeiros
- Controlando seu caixa

Módulo 03 – Potencial produtivo

- Despertando a criatividade
- Diversificando seus produtos
- Produzindo com consciência

¹⁶ Modificado de Roteiro fornecido por Júlio Cezar Bernardelli

- Criando fluxograma de produção
- Como agregar valor ao seu produto
- Identificando perdas e calculando custos

Módulo 04 – Marketing

- Seu produto, sua história.
- Apresentando seu produto
- Criando atrativos para sua venda
- Despertando a consciência do cliente
- Organização de barracas – expondo seus produtos
- Apresentação pessoal

Módulo 05 – Organização e Logística

- Estruturação dos empreendimentos
- Identificação dos custos de transportes
- Criando parcerias inteligentes

Módulo 06 – Administração Geral/ Autogestão na perspectiva da Economia Solidária

- *Utilizar exemplo de artesanato, alimentação e serviços para os tópicos abaixo*
 - Aplicando os conhecimentos desenvolvidos
 - Elaborando um plano de controle de estoques
 - Desenvolvendo um planejamento para controle de produção e vendas
- Criando um plano de trabalho com foco no bem viver

Módulo 07 – Finalização, avaliação e apresentação do trabalho final

- Relatos do curso e da aplicação do que foi compartilhado nos seus empreendimentos

Módulo 08 - Como partilhar este conhecimento

- Místicas
- Dinâmicas
- Poesias
- Músicas
- Causos

APÊNDICE B - Roteiro Evento de Lançamento do Livro Gestão Compartilhada para Empreendimentos Econômicos Solidários

Lançamento Livro Gestão Compartilhada para EES¹⁷

Data: 15 de dezembro 2020 - Horário: 15h às 16h30min

Apoio: Rhuan e Cecília

Funções do apoio (instruções):

- Criar sala (através do e-mail institucional).
- Divulgar no whats do grupo do curso - fazer o post (Cecilia)
- Gravar aula;
- Cuidar do chat;
- Responder dúvidas dos participantes (chat, whatsapp e email);
- Colocar música no início (compartilhar tela com Youtube, compartilhando audio);
- Arquivar aula gravada

. **Plataforma:** *Google Meet* licenciado através do e-mail institucional (e-mail fornecido pela instituição de ensino que tem acesso ao pacote do Google). Obs.: apenas pelo Google Meet pago é possível ultrapassar o limite de 90 pessoas na sala, fazer a gravação, desligar microfones e tirar participantes da sala.

Horário	Ação	Material	Responsável
14h45min às 15h	Música ou outra música eln. Música de violão – Luis Pequeno, Anderson	Escolher música <i>Slide</i> com a Foto do Livro	Rômulo entrar em contato com Luis Pequeno, Anderson. Cecília (música cirandas)
15h	Iniciar a gravação		Cecília
15h às 15h05min	Acolhimento e Mística	Mística de acolhimento Poesia da Rede Mandala	Luisa, Rhuan, Gisele
15h10min às 15h20min	Curso de Gestão EES	Passar fotos do curso... Cecília	Marilene
15h21min às 15h30min	Construção do Livro	Passar livro (mostrar)	Luciane
15h31min às 16h	Depoimentos	Convidados	Gisele e Lourdes
16h até	Aberto para quem quiser falar...		Gisele e Lourdes
	Informes sobre como pegar o livro Cefuria e o PDF		Gisele e Lourdes
	Encerramento agradecimento e terminar gravação.	Música Cirandas...	Cecília.

¹⁷ Roteiro construído por Marilene Zazula Beatriz durante reunião do Grupo de Trabalho